

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

Adeline Cardoso Paz

**A aplicação do novo Código de Contabilidade e Orçamento no
Serviço Social do Comércio do Paraná**

Curitiba

2015

Adeline Cardoso Paz

**A aplicação do novo Código de Contabilidade e Orçamento no
Serviço Social do Comércio do Paraná**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Contabilidade e Finanças.

Professor(a) Orientador(a):

Dr^a Mayla Cristina Costa

Curitiba

2015

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por iluminar minha mente, me dando força e coragem durante a construção deste trabalho.

Agradeço meu companheiro Carlos Renan Silveira, que sonhou comigo este sonho, e teve as palavras de incentivo certas nos momentos de desânimo, suportando minha ausência e mesmo assim dando todo o apoio necessário nos momentos de dificuldades.

Minha gratidão a minha família que mesmo tão longe fisicamente se fez tão presente participando de cada etapa, comemorando cada pequeno progresso nessa jornada, e motivando fazendo acreditar que seria possível realizar este pequeno sonho.

Agradeço aos colegas da Gerência Contábil do Serviço Social do Comércio do Paraná, em especial a minha amiga Elizandra Brito de Souza pela amizade e parceria nos dias mais difíceis. Ao Gerente Contábil Paulo Rehme meu agradecimento por ter acolhido esta proposta de trabalho e auxiliado quando foi preciso.

Meu agradecimento a Universidade Federal do Paraná, especialmente ao corpo docente do Departamento de Pós Graduação em Contabilidade por proporcionar a nós profissionais da contabilidade o aprimoramento da técnica contábil.

Minha gratidão a Prof^a. Dr^a. Mayla Cristina Costa, pela orientação exemplar, por ter aceitado tão gentilmente o desafio de guiar-me no caminho para o alcance deste objetivo, e mostrado os passos necessários para que eu pudesse concretizar este estudo. Aqui expresso o meu carinho e admiração por sua paciência e compreensão durante a elaboração desta monografia.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho teve como intenção apresentar um estudo detalhado a respeito das entidades de Terceiro Setor, buscando agregar ao que já havia sido elaborado por estudiosos da área. No que diz respeito aos aspectos contábeis aplicados a estas entidades verificou-se ser escassa a produção teórica para este ramo da teoria contábil. No entanto, a pouca produção científica serviu como incentivo a fim de acrescentar mais um novo olhar contábil a essas entidades que possuem um papel social tão importante e que vem crescendo no país. O Serviço Social do Comércio, mais conhecido como SESC, é uma destas entidades que atua com o objetivo de promover o bem-estar social para os comerciários, funcionário do comércio e seus dependentes. Por ser uma entidade sem fins lucrativos buscou-se investigar quais as prerrogativas contábeis norteadoras dos seus processos administrativo-financeiro e contábil. Verificou-se que a entidade possui um instrumento normativo que determina as diretrizes necessárias à contabilização dos atos e fatos que alteram o seu patrimônio, este instrumento é denominado Código de Contabilidade e Orçamento – CODECO. Com a finalidade de estar sempre atualizado com a legislação contábil vigente, o CODECO passou por uma revisão criteriosa. Dessa forma, buscou-se neste trabalho utilizando as técnicas de pesquisa documental, pesquisa bibliografia e utilizando-se de métodos de pesquisa descritiva e qualitativa, evidenciar quais foram essas alterações trazidas pela revisão desse importante Código de Contabilidade e Orçamento.

Palavras-Chaves: Entidades do Terceiro Setor; Plano de Contas Contábeis; CODECO.

ABSTRACT

This work was intended to provide a detailed study about the third sector entities, seeking to add to what had already been prepared by scholars of the area. With regard to accounting aspects apply to these entities found to be scarce theoretical output branch of accounting for this theory. However, little scientific production served as an incentive to add another new book look to those entities that have a social role as important and that has been growing in the country. The social service of commerce, better known as sesc, is one of these entities acts in order to promote social well-being for commerce, trade employee and their dependents. Being a non-profit organization aimed to investigate which the guiding financial prerogatives of its administrative, financial and accounting processes. It was found that the entity has a legal instrument that determines the guidelines required by the account of acts and events that alter their heritage, this instrument is called accounting and budget code - codeco. In order to be updated with current accounting legislation, codeco underwent a thorough review. Thus, we tried in this work using the techniques of documentary research, research bibliography and using the descriptive and qualitative research methods, evidence which were these changes introduced by the revision of this important accounting and budget code.

Key Words: Third Sector Entities; Accounting Manual; Codeco.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 QUESTÃO DE PESQUISA	4
1.2 OBJETIVOS	4
1.3 JUSTIFICATIVA.....	5
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	5
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
2.1 ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR	7
2.2 PLANO DE CONTAS	14
2.3 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DO TERCEIRO SETOR.....	17
3. METODOLOGIA	27
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	30
4.1 HISTÓRIA E CRIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC).....	30
4.2 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO NO ESTADO DO PARANÁ	33
4.3 CÓDIGO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO - CODECO.....	34
4.4 ANÁLISE DOS DADOS	61
5.CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	65
REFERÊNCIAS.....	67

1. INTRODUÇÃO

As entidades de terceiro setor vêm se destacando ao longo dos anos por sua atuação nas áreas de assistência social, educação e saúde, pois desempenham uma função comum de levar transformação aos seres humanos e às sociedades em que estão inseridas. Por se tratar de uma entidade, uma associação de pessoas organizada para atingir um fim específico e não econômico, acabam adquirindo direitos e obrigações sobre o seu patrimônio na execução de suas atividades sociais. Dessa forma precisam da atenção da ciência contábil na gestão do seu patrimônio, do seu orçamento, a fim de demonstrar os resultados de suas atividades aos seus usuários, principalmente quando recebem recursos do governo federal para a manutenção de suas atividades, em que precisam prestar contas dos recursos recebidos.

No entanto, as pesquisas na área contábil que explorem os aspectos contábeis para as entidades de terceiro setor são bem recentes e ainda escassas, o que representa certa dificuldade ao abordar este tema, mas também um desafio a fim de contribuir com novos estudos para este ramo de atividade para a ciência contábil. Devido as suas particularidades, um olhar especial deve ser dado com relação as suas demonstrações contábeis, seu balanço patrimonial ou social, quais contas contábeis devem ser utilizadas e, principalmente, como construir um plano de contas adequado à sua natureza e ao tipo de operações financeiras que desenvolve. Atenção especial deve ser dada na estruturação do plano de contas, pois este norteará e orientará a estrutura dos relatórios contábeis.

Dentro dessa perspectiva, esta pesquisa tem como escopo demonstrar a aplicação do novo Código de Contabilidade e Orçamento – CODECO na entidade caracterizada como terceiro setor Serviço Social do Comércio - SESC/PR. O CODECO é o instrumento normativo que estabelece o plano de contas contábil a ser utilizado para a contabilização dos fatos e eventos desta entidade. Levando em consideração a necessidade de adequação às novas normas contábeis este instrumento passou por uma minuciosa revisão.

Assim, será demonstrada uma comparação do antes e o depois da implantação do novo plano de contas. Para que esse objetivo fosse atingido foram realizadas análises do CODECO em vigência e as informações que hoje evidencia,

e feita a comparação com o que será implantado considerando as novas informações que proporcionará, e também relatará a prática contábil na entidade SESC/PR.

Trata-se de um estudo de caso que utilizará a pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental como ferramentas necessárias para alcançar os objetivos propostos por este trabalho.

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

Quais as novas informações que serão trazidas com a implantação do novo Código de Contabilidade e Orçamento – CODECO no Serviço Social do Comércio – SESC/PR, readaptado às alterações trazidas pela legislação contábil?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar um comparativo detalhado do CODECO que está sendo utilizado no exercício financeiro de 2014, com o que é proposto pelo Departamento Nacional, cujo plano de contas foi reformulado afim de que as demonstrações contábeis e financeiras desta entidade estejam de acordo com as novas diretrizes estabelecidas pelas normas contábeis.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar o plano de contas estabelecido pelo CODECO elaborado em 1979 trazendo definições e as peculiaridades das demonstrações da entidade SESC/PR tendo em vista sua natureza jurídica como entidade de 3º Setor.
- Comparar e analisar as alterações que constam no novo plano de contas proposto CODECO revisado, e quais novas informações trará aos usuários das demonstrações financeiras do SESC/PR.
- Obsevar a implantação e migração dos dados do sistema contábil hoje utilizado, o Sistema de Gestão Financeira – SGF, para o novo Sistema de Gestão do SESC – SGS, pois somente quando o SGS estiver em

funcionamento no SESC/PR o plano de contas e as regras do novo CODECO serão utilizados pela contabilidade.

1.3 JUSTIFICATIVA

A contabilidade aplicada ao terceiro setor ainda está num estágio embrionário no que diz respeito a produção científica teórica. Em virtude disso, esta pesquisa trará algumas considerações referentes às especificidades e peculiaridades desse segmento no que diz respeito aos aspectos contábeis, que ainda são desconhecidos por boa parte dos profissionais da área.

A comparação do Código de Contabilidade instituído em 1979 com o proposto CODECO reformulado em 2012 trará uma série de informações relevantes para o Departamento Contábil do SESC/PR, que demonstrou interesse em utilizar esse estudo como base para futuras discussões a respeito das alterações propostas no plano de contas do novo Código de Contabilidade e Orçamento.

Além disso, é importante considerar a facilidade de acesso da pesquisadora às informações, dados, plano de contas e as normas da entidade SESC Paraná o que permitiu que trabalho atingisse os objetivos aos quais se propôs.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo teve como alicerce o Código de Contabilidade e Orçamento, instrumento utilizado pelo Serviço Social do Comércio em todo território nacional como norma norteadora de seus processos administrativo-financeiro, orçamentário e contábil. Os dados necessários para o desenvolvimento deste trabalho foram retirados do plano de contas contábeis utilizados pelo SESC/PR, modelo esse determinado pelo Código de Contabilidade e Orçamento, no exercício financeiro de 2014, mais especificamente os dados contidos no Pré-Balancete do mês de Setembro do referido ano. Esse plano de contas serviu como parâmetro para fins de comparação com o novo modelo sugerido pela Resolução nº 1.245/2012 do Departamento Nacional, o novo CODECO que futuramente será implantado no SESC/PR.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos mais as referências bibliográficas.

No primeiro capítulo o problema a ser investigado é caracterizado, os objetivos são definidos, a justificativa para o desenvolvimento do estudo é apresentada, assim como a maneira como o trabalho está estruturado.

No segundo capítulo são abordados os aspectos teóricos, conceituais e a revisão da literatura que versão sobre o tema desenvolvido. Num primeiro momento faz-se necessário caracterizar as entidades de terceiro setor, logo após enfatiza-se a importância do plano de contas para as empresa de forma geral. E por fim, trata-se especificamente do plano de contas utilizados pelas entidades de terceiro setor.

No capítulo 3 constam a abordagem metodológica adotada, as técnicas utilizadas na investigação do estudo, as fontes de informações utilizadas, bem como as limitações encontradas com relação a pesquisa.

Por fim, no capítulo 4 é feita a análise sobre os dados e informações que foram levantadas e os resultados encontrados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

O terceiro setor é representado por agentes que atuam no processo de assistência às comunidades, abrangendo ações de cidadania e a defesa do ser humano na luta pela inclusão social e o fortalecimento de movimentos sociais, assim como na execução de projetos e programas que incentivam a geração e emprego da renda (MANÃS; MEDEIROS, 2012, p.18).

Ainda destacam os referidos autores que estas entidades surgiram em resposta a uma ineficiência do Estado em relação à sociedade, com o propósito de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento. Para Zanluca (2006, apud SANTOS, 2010, p.20), o terceiro setor também é conhecido como organização sem fins lucrativos ou organizações não governamentais (ONGs), pois não tem finalidade de lucros, mas possuem objetivos de cunho social, filantrópico, cultural, recreativo, religiosos e artísticos.

A preocupação social é um aspecto muito comum nas entidades definidas como terceiro setor, conforme destaca Peter F. Drucker:

Todas as instituições 'sem fins lucrativos' têm algo em comum: são agentes de mudança humana. Seu 'produto' é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em adulto com respeito próprio; isso é, toda uma vida transformada. (Peter F. Drucker, 1994, apud OLAK, 2010, p.1, grifo do autor).

Este tipo de organização é o espaço da economia ocupado especialmente pelo conjunto de entidades privadas, sem fins lucrativos, que realizam atividades a fim de complementar as atividades públicas, com o objetivo de contribuir com a solução de problemas sociais. Em outras palavras, Olak e Nascimento (2010, p. 5) expressam a atuação das entidades sem fins lucrativos considerando a matéria prima dessas entidades as pessoas e o produto final de suas atividades o ser humano transformado, logo seus propósitos institucionais, dentre outros que possa exercer, objetivam sempre provocar mudanças sociais.

Com relação à terminologia terceiro setor esta é oriunda do modelo denominado trissetorial, ou seja, três setores segundo características que lhes são

próprias: o primeiro setor representado pelas instituições governamentais, o segundo pelas empresas cujas atividades geram lucros, e por fim, o terceiro setor que são as entidades sem fins lucrativo, privadas, cuja atuação está voltada para finalidades públicas ou coletivas para a geração do bem comum, conforme define Fernandes (1994, p.20-21, apud OLAK et. al., 2012, p. 4). O mesmo autor ainda acrescenta a respeito dessa classificação trissetorial:

No lugar do pensamento dicotômico, dividido entre interesses particulares e públicos, a ideia de um terceiro setor deriva da abertura de uma alternativa lógica, que pode ser concebida como uma entre as quatro combinações resultantes da conjunção entre o público e o privado: (i) agentes privados para fins privados é igual a mercado; (ii) agentes públicos para fins públicos é igual a Estado; (iii) agentes privados para fins públicos é igual a terceiro setor; (iv) agentes públicos para fins privados é igual a corrupção.

Cabe salientar e vai ao encontro da concepção de Drucker (2003, p.167-168, apud OLAK et. al, 2012. p. 4) que as entidades de terceiro setor possuem valores e culturas diferentes do Estado e do mercado, pois desempenham um papel social no meio em que estão inseridas, provocando transformação nos seres humanos e na comunidade em que atuam, ainda que cada uma delas possua sua própria missão.

Destacando as características e as diversas atividades a que estas entidades se dedicam, fundamentalmente Freeman e Shouders (1993, p. 8, apud OLAK E NASCIMENTO, 2010, p.3) trazem informações bem peculiares com relação as entidades sem fins lucrativos:

- a) Quanto ao lucro (*profit*): O Lucro não é a razão de ser dessas entidades.
- b) Quanto à propriedade (*ownership*): pertencem à comunidade. Não são normalmente caracterizadas pela divisibilidade do capital em partes proporcionais, que podem ser vendidas ou permutadas.
- c) Quanto às fontes de recursos (*resources*): as contribuições com recursos financeiros não dão direito ao doador participação proporcional nos bens ou serviços da organização.
- d) Quanto às principais decisões políticas e operacionais (*policy & operating decisions*): as maiores decisões políticas e algumas decisões operacionais são tomadas por consenso de voto, via assembleia geral, por membros de diversos segmentos da sociedade direta ou indiretamente eleita.

Esse tipo de organização existe desde o Brasil colônia, inicialmente na figura de entidades ligadas á Igreja Católica. Para Falconer (1999, p.95, apud SLOMSKI et. al., 2012, p.5) o marco do terceiro setor no Brasil tem influência significativa da Igreja

Católica, como já fora dito anteriormente, mais precisamente com a fundação das Santas Casas de Misericórdia, especificamente, a Santa Casa de Santos em 1943.

Desta forma, verifica-se que não se trata de uma novidade, mas sim o crescimento a cada dia e a visibilidade ganha na sociedade e chamando a atenção da mídia e do Estado, com características de gerar serviços de caráter coletivos com fins sociais, lutar em defesa dos direitos dos cidadãos buscando a melhoria na qualidade de vida, coforme descreve Salvatore (1998, apud NEVES e LINS, 2007, p.31). Santos (2010, p. 20) também descreve a respeito dos primeiros registros deste tipo de organização no Brasil:

Os registros do terceiro setor no Brasil retratam ao período Imperial. O termo se desenvolveu durante a Primeira República por meio de ações sociais de caráter unicamente religioso, que sofriam uma forte influência da colonização portuguesa e do domínio da Igreja Católica. Partindo da década de 1930, o ano de 1935 (governo do presidente Getúlio Vargas) ficou marcado pela vigência da primeira lei brasileira que regulamentava as regras para declaração de Utilidade Pública Federal, além do Conselho Nacional do Serviço Social. Já com o início dos anos 1970, consolidavam-se novas ações sociais filantrópicas de famílias privilegiadas da sociedade, apesar da ditadura militar que limitava a participação popular na esfera pública.

A relação com o Estado também ficou clara quanto aos sindicatos e as Organizações Não-Governamentais nos anos 60 e 80, na luta política da sociedade civil contra o regime autoritário da época, atuando clandestinamente em movimentos sociais de base, sindicais e movimentos populares (MACHADO FILHO e MENDONÇA; 2004, p. 304). Nos anos 90 foi considerado portador de uma nova grande promessa como renovação do espaço público, resgatando princípios de solidariedade, cidadania, humanização do capitalismo, e sendo possível superar a pobreza, representando o ato do voluntariado e da filantropia revestidos de forma empresarial. Nos dias de hoje no Brasil o terceiro setor é um grande parceiro do Estado, pois otimiza resultados através de todo o conhecimento coletado no decorrer dos anos possibilitando ao governo estabelecer planos de ações e metas de controle.

Por fim, Salamon e Anheier citados por SLOMSKI et. al.(1992; 2012, p.7) classificam cinco características considerados para organizações do terceiro setor, quesitos estes considerados em pesquisas do IBGE e do IPEA. Seriam eles: a

entidade não pertence ao estado, pois é privada; sua gestão é independente sem controle externo, pois gozam de autonomia; não distribuem superávit aos seus gestores sob nenhuma forma; e contam com trabalho voluntário, são voluntárias.

As organizações sem fins lucrativos ou terceiro setor devem atender aos dispositivos da Lei 9.790/99 cuja regulamentação é dada pelo Decreto 3.200/1999. Estas duas normas dispõe sobre a qualificação destas entidades para fins de certificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Ter o certificado de OSCIP assegura a essas entidades alguns benefícios de acordo com Olak et. al(2012, p.10) a dedução de Imposto de Renda para as doações recebidas por pessoas jurídicas, possibilidade de receber bens apreendidos ou abandonados e que estejam sob responsabilidade de Receita Federal do Brasil, possibilidade de receber doações de bens móveis da União desde que sejam considerados antieconômicos e irrecuperáveis, acesso a recursos públicos para financiamento de projetos via termos de parceria. Quanto às obrigações o referido autor descreve alguns cumprimentos que devem ser observados, dentre eles a publicidade do relatório de atividades e demonstrações contábeis, apresentar prestação de contas ao parceiro público no âmbito dos termos de parceria.

Segundo Silva e col. (2011) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com o objetivo de estabelecer a identificação da constituição jurídico institucional das entidades sem fins lucrativo e acrescentando as formas jurídicas determinadas no Código Civil Brasileiro, lista as organizações que estão intimamente ligas ao escopo deste trabalho:

- Fundação privada;
- Serviço Social Autônomo;
- Partido Político;
- Entidade Sindical
- Estabelecimento, no Brasil, de fundação ou associação domiciliada no exterior;
- Organização religiosa;
- Fundo Privado;
- Associação Privada.

Com relação aos benefícios já brevemente citados anteriormente, cabe trazer o que rege a Constituição Federal quanto às características das entidades de terceiro setor ou sem fins lucrativos. Olak e Nascimento (2010, p. 36, grifo dos autores) mencionam de forma resumida o que dispõe a Carta Magna:

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: instituir impostos sobre: (a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; (b) templos de qualquer culto; (c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Ademais os referidos autores ainda tecem comentário referente ao disposto no §4 do artigo 150, quando o mesmo remete que as vedações expressas no inciso VI alíneas b e c, quanto ao alcance da imunidade compreende apenas o patrimônio, a renda e o serviço intimamente ligados as finalidade essenciais das entidades ali mencionadas. Oliveira (1992, p. 36) apud OLAK e NASCIMENTO (2010, p.42) interpreta o disposto no mencionado artigo em que sempre se entendeu na doutrina e na própria jurisprudência para as instituições de educação e de assistência social que só há imunidade sobre o patrimônio, renda e serviços se estes estiverem relacionados direta ou indiretamente com as finalidades essenciais dessas entidades.

Com relação ao instituto imunidade a que estas entidades são beneficiadas faz-se necessário resgatar o disposto no Código Tributário Nacional Lei 5.172/66, uma vez que ao se tratar de Sistema Tributário Nacional a Constituição Federal exige expressamente lei complementar. Neste contexto o artigo 14 do CTN determina que são configuradores da imunidade: I – a não distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título; II – aplicação integral, no País, de seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e III – manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

O Código Tributário Nacional também menciona que será suspenso o benefício de imunidade pela falta de cumprimento do disposto no artigo 14 já analisado, assim como a não observância do §1 do art. 9 que trata da responsabilidade pela entidade pelos tributos que lhe caiba reter na fonte, não

estando dispensadas da prática de atos assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias de terceiros.

Piza et. al (2012) destacam ainda que para gozarem da imunidade não há necessidade de se formalizar um pedido ao governo, basta somente manter os registros das transações que comprovem o atendimento das exigências prescritas no Código Tributário Nacional.

Cabe salientar que as entidades sem fins lucrativos não são aquelas que não têm rentabilidade, o que lhes garante tal característica de não possuir lucratividade é o fato de não remunerarem seus proprietários pelos recursos por eles investidos em caráter permanente. Com base nos recursos próprios por elas gerados, a eles (financiadores) não reverterem patrimônio ou retorno algum, da mesma maneira em caso de descontinuidade (PETRI, 2010, p.4 apud OLAK e NASCIMENTO, 1981, p. 12).

Em todo o mundo as organizações do terceiro setor surgem e ganham espaço no cômputo das economias preenchendo, na grande maioria das vezes, lacunas deixadas pelo governo para realizar ações de solidariedade que não encontra espaço de realização em outros lugares. Dada a importância considerada para este segmento verbas são destinadas para a realização de suas atividades, sejam elas oriundas de instituições financeiras, pessoas físicas e inclusive do próprio governo. (RIFKIN, 1995, apud, NEVES e LINS, 2007, p.31).

Os referidos autores ainda mencionam que os financiadores do terceiro setor, assim como os demais usuários das informações contábeis das empresas, necessitam da prestação de contas daquilo que foi repassado a essas entidades, seja em forma de doação, convênio ou contrato. Sendo crucial, portanto, destacam os autores, que o gestor da entidade atente quanto às condições e a capacidade que possui para atender e fornecer as informações para os financiadores das atividades da entidade.

O governo também é usuário das demonstrações contábeis das entidades de terceiro setor, pois ao conceder imunidade e isenções fiscais para estas organizações ele precisa se assegurar de que as mesmas seguem os requisitos essenciais de não ter lucros em suas atividades e não distribuem resultados. Além

disso, na qualidade de financiador o governo precisa se certificar de que os recursos repassados estão sendo corretamente destinados e bem utilizados e quanto à eficácia dos projetos que são subsidiados. (PIZA, et. al., 2012, p. 83).

Desta forma há mais um campo em que a contabilidade pode atuar, ao elaborar e auxiliar estas instituições na divulgação de seus resultados e no alcance atingido por suas atividades. RIFKIN (1995, p.263) apud PIZA et. al. (2012, p.23) reitera que há necessidade de profissionalismo na gestão e operação das atividades dessas instituições. Portanto, Mário et. al (2013, p.66) conclui que a contabilidade possui um papel fundamental pois é responsável por levar ao provedores de recursos e também àqueles que recebem os resultados de suas atividades a transparência e sustentabilidade dos demonstrativos contábeis, de forma a expressar a aplicação dos recursos que geraram êxito nos resultados alcançados.

Retomando o aspecto referente à exatidão com que a escrituração contábil deve ser trata, um dos quesitos exigidos a respeito da concessão da imunidade já falada anteriormente, Olak e Nascimento (2010, p. 41) dizem a respeito que os procedimentos formais de escrituração devem permitir que os usuários das informações contábeis possam ter segurança quanto aos procedimentos de registros utilizados na escrituração. Ainda acrescentam que ao tratar dessas formalidades necessárias a boa prática contábil é fundamental observar o que diz a Resolução nº563, de 28 de outubro de 1983 no item 2.1.2 que menciona de como dever ser feita a Escrituração contábil:

- a) Idioma e moeda corrente nacionais;
- b) Em forma contábil;
- c) Em ordem cronológica de dias, mês e ano.
- d) Com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens;
- e) Com base em documentos de origem externa ou interna, ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

2.2 PLANO DE CONTAS

O plano de contas é o agrupamento de todas as contas que serão utilizadas pela contabilidade para fins de registros dos fatos contábeis que acontecem nas empresas, assim como nas entidades. Portanto, um bom elenco de contas é indispensável para os registros de todos os fatos contábeis, e a quantidade de contas dispostas no plano de contas dependerá do volume da natureza do negócio da empresa. (MARION E YAMADA, 2010, p.24)

Na prática o plano de contas é um agrupamento de todas as contas que serão utilizadas pela Contabilidade dentro de uma organização, servindo de guia para os respectivos registros contábeis. Além do elenco de contas o plano de contas pode conter uma série de diretrizes e normas aos usuários do departamento contábil para que assim seja possível padronizar o registro (lançamentos) dos fatos contábeis. (OLAK E NASCIMENTO, 2010).

De acordo com Ramos et. al (2003, p.145) as contas que compõe o plano de contas representam um resumo das operações que ocorrem na empresa, elas reúnem fatos contábeis de mesma natureza que acontecem na entidade, compilando-os, facilitando o acompanhamento das movimentações patrimoniais que acontecem. Os referidos autores ainda acrescentam que as contas devem ser intituladas a ponto de tornar o máximo transparentes as informações e demonstrações que querem compor, e ainda demonstrar as operações que representa.

Existem alguns princípios que devem ser observados quando da elaboração de um bom plano de contas, Padoveze (1998, p.155 apud RAMOS et. al, 2003, p.148) enumerou-os da seguinte forma:

- a) A estrutura do plano de contas deve propiciar a apresentação da informação de modo automático para os relatórios futuros, para evitar o retrabalho e a redundância de dados;
- b) Deve propiciar a informação no grau de detalhamento necessário, evitando-se informações relevantes de modo aglutinado, que não compreensão de decisão.
- c) Deve ser estruturada para manter o inter-relacionamento completo entre as contas afins no Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício;
- d) Para tanto, devem ser criadas contas adicionais quantas forem necessárias para atender aos três fundamentos anteriores.

O plano de contas apresenta as contas patrimoniais sobre duas perspectivas: uma delas é a qualitativa e a outra a quantitativa. Iudícibus (2006, p.73 apud MOURA et. al., 2010, p.5) explica que o aspecto qualitativo do patrimônio se refere à natureza dos elementos que o compõe, como por exemplo conta caixa, contas a receber, conta de estoque, dentre outras. A delimitação qualitativa vai até o grau de particularização que permita a perfeita compreensão da conta patrimonial. Já com relação ao aspecto quantitativo, o renomado autor esclarece que este representará o componente patrimonial em forma de valor monetário.

A NBC TSP 1 que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis e que deve ser aplicadas as demonstrações contábeis elaboradas pelas entidades do setor público governamental e terceiro setor, destaca:

As demonstrações contábeis fornecem aos usuários informações sobre recursos e obrigações de uma entidade na data das demonstrações contábeis e sobre o fluxo dos recursos entre as datas das demonstrações contábeis. Esta informação é útil para usuários na realização de avaliações sobre a habilidade de uma entidade em continuar a fornecer produtos e serviços a um certo nível e a quantidade de recursos necessários que devem ser fornecidos à entidade no futuro para que esta possa continuar a cumprir com suas obrigações na entrega dos seus produtos e serviços.

A contabilidade tem a função de apurar e retratar a situação econômica e financeira das entidades e para isso utiliza como ferramentas as demonstrações contábeis. Conforme define o Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 00 o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira da entidade aos seus diversos usuários.

Reforçando esta posição o plano de contas, segundo Padoveze(2010, p.64) descreve, deve ser construído tendo como objeto a elaboração de futuros relatório, pois bons relatórios resultarão de um plano bem elaborado e que esteja adequado e dando o suporte necessário para emissão desses relatórios. Além disso, isso se torna possível também, conforme menciona o mesmo autor, através da integração dos sistemas de contabilidade, facilitando a transmissão dos dados.

Na área privada para Moura e col.(2010, p. 15) as contas do plano de contas seguem a estrutura estabelecida pela legislação societária em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade e são classificadas em contas patrimoniais que representam os bens, direitos e obrigações da empresa, e em contas de resultado que são as receitas e despesas, ou seja, resultados das suas atividades. Já as

contas do setor público, além dessas, tem as contas de controles, que segundo Moura e col.(2010, p. 23) “são utilizadas na contabilização de atos potenciais relacionados a gestão dos recursos públicos, que podem vir a afetar o patrimônio da entidade.”

Logo, percebe-se que a elaboração de um plano de contas deve ser feito o mais próximo possível da realidade da empresa, pois para Martins et. al (2013) “é fundamental no sentido de utilizar todo o potencial da contabilidade em seu valor informativo para os inúmeros usuários”. Quanto à elaboração do plano de contas o referido autor ainda acrescenta:

Assim, ao preparar um projeto para desenvolver um Plano de Contas, a empresa deve ter em mente as várias possibilidades de relatórios gerenciais e para uso externo e dessa maneira, prever as contas de acordo com os diversos relatórios a serem produzidos.

O plano de contas para as entidades de terceiro setor, foco deste estudo, segundo Slomski et. al (2012, p. 19) assim como as demonstrações elaboradas pelas por elas seguem os moldes usados pela entidades com fins lucrativos. No entanto, acrescenta o referido autor, algumas adaptações na nomenclatura são realizadas inclusive para o entendimento de aspectos normativos, como por exemplo, patrimônio social ao invés de patrimônio líquido, ou ainda, superávit ou déficit e não lucro ou prejuízo. O que reafirma a questão do plano de contas ser o mais próximo possível da realidade e da peculiaridade de cada empresa, levando em conta suas atividades, a relação que possui com fornecedores e clientes.

Olak e Nascimento (2010, p. 21) ainda afirmam a respeito das especificidades do plano de contas:

O elenco de contas é parte fundamental de um plano, e deve seguir um ordenamento (em termos de estrutura) de conformidade com as normas e práticas contábeis vigentes. Salienta-se, também, que cada organização deve possuir seu próprio plano de contas, tendo em vista as características de cada uma. Assim, cada organização deverá elaborar seu plano de contas mediante adequação a suas peculiaridades de operações e necessidades dos usuários internos e externos em termos de informações.

O plano de contas utilizado pelo Serviço Social do Comércio está normatizado no Código de Contabilidade e Orçamento - CODECO, nele há todas as informações necessárias a respeito de cada conta contábil utilizada pela entidade, explica quando tal conta deve ser debitada, quando deve ser creditada, o que de fato

representa na composição do patrimônio da entidade. Será visto em capítulo posterior que o plano de contas é tão peculiar porque traz em sua estrutura contas contábeis utilizadas pela contabilidade convencional ou societária, e contas contábeis cuja natureza é de escrituração pública.

2.3 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DO TERCEIRO SETOR

2.3.1 IMPORTÂNCIA DA ESCRITURAÇÃO NAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

As entidades sem fins lucrativos por terem em sua essência a prática de atividades de caráter social, cultural e educacional, que deveriam ser oferecidas em sua plenitude pelo Estado e não são, são beneficiadas pela imunidade tributária. O que vai ao encontro do que observa Oliveira (2010, p.9) que a razão da concessão dessa imunidade sobre o patrimônio, renda e serviço dada pelo Constituinte, dada importância dessas entidades, é para que assim possam maximizar sua atuação social.

A manutenção desta imunidade está condicionada ao cumprimento de determinados quesitos previstos no Código Tributário Nacional, já mencionados anteriormente, dando destaque a alínea que refere à escrituração das receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que assegurem a exatidão das informações ali registradas. Logo, é evidente que essas entidades deverão obedecer as normas vigentes de escrituração contábil, não somente para manter o benefício da imunidade, mas também como forma de fundamentar as demonstrações contábeis que atenderão as necessidades de informações dos seus usuários.

De outra forma, Olak e Nascimento (2010, p.40) acrescentam que é impossível admitir qualquer organização, nos dias de hoje, independente de porte e atividade, se reduza a ter apenas relatórios de demonstrações de receitas e despesa. Enfatizam os autores que, é condição *sine qua non* todas as entidades, com fins lucrativos ou não, públicas ou privadas possuírem contabilidade. A transparência quanto a prestação de contas ao Estado e demais usuários e o

suporte ao gerenciamento dessas organizações são as justificativas plausíveis para que as entidades possuam contabilidade.

Logo, as entidades de terceiro setor podem receber incentivos fiscais, recursos públicos governamentais e firmar termos de parcerias para a aplicação de recursos destinados as suas atividades ou em atividades específicas, é dessa forma que estão sujeitas à prestação de contas sobre o uso dos recursos, sendo que as demonstrações interligadas às demonstrações orçamentárias podem representar um avanço no aperfeiçoamento do *accountability aderente* aos preceitos da NBCT TSP 24. (SLOMSKI et. al.,2012, p. 13)

Nessa linha de pensamento é interessante destacar as colocações trazidas pelos autores Martins et.al. (1990, p.137 apud OLAK et. al., 2008, p. 32):

Exatamente por não estarem essas instituições sujeitas a regras fiscais, têm elas condições de fazer sua contabilidade se aproximar mais da forma que melhor atenda às necessidades gerenciais em termos de informações. Isso não significa que devam simplesmente se esquecer da existência dos Princípios Fundamentais de Contabilidade para procederem à escrituração da forma como quiserem. Deve, isso sim, fazer prevalecer na sua plenitude todas as boas normas contábeis para que possam as demonstrações de fato ser representativas da realidade.

A NBC TSP 1 estabelece, conforme direciona Olak e col. (2012, p.11) os requisitos gerais de apresentação das demonstrações contábeis elaboradas sob o regime de competência, sendo que esta norma deve ser aplicada a todas as demonstrações contábeis elaboradas pelas entidades do setor público: governamental e terceiro setor. A referida norma ainda enumera as informações que são apresentadas pelas demonstrações e revelam quanto à posição patrimonial e financeira, quanto ao desempenho financeiro e do fluxo de caixa, da entidade, para que assim as informações sejam úteis as mais diversas classes de usuários, e que ainda permitam:

- Avaliar e tomar decisões econômicas sobre alocação de recursos; e
- Demonstrar a existência de *accountability* da entidade, quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo informações:
 - a) sobre fontes, destinação e uso dos recursos financeiros;
 - b) sobre como a entidade financiou suas atividades e reuniu os recursos financeiros necessários;
 - c) que são úteis na avaliação da habilidade da entidade de financeiras suas atividades e cumprir com as suas obrigações e compromissos;
 - d) sobre a condição financeira da entidade e mudanças adotadas que contribuíram para a consolidação dessa condição; e

e) úteis e agregadas para a avaliação do desempenho da entidade em termos de custos de seus serviços, eficiência e realizações.

A elaboração de demonstrações contábeis condizentes com as Normas Brasileiras de Contabilidade além de dar garantia ao benefício da imunidade fiscal, é um instrumento essencial na prestação de contas dessas entidades para com seus financiadores ou doadores. Piza et. al. (2012) dizem que os financiadores da entidades de terceiro setor são pessoas físicas e jurídicas que necessitam de prestação de contas daquilo que doaram a entidade e da forma com que as suas doações forma destinadas. É neste momento que os gestores precisam estar preparados a ponto de atender a essas necessidades de informações, até mesmo na expectativa de manter esses benfeitores que financiam suas atividades, garante o referido autor. Acrescenta ainda que o governo é outro usuário das informações que constam nos relatórios financeiros destas entidades, uma vez que também é financiador e parceiro em projetos executados por essas organizações. Os registros feitos de forma clara e consistentes possibilitam, além do cumprimento das exigências legais garantindo a imunidade e isenções concedidas às entidades de terceiro setor, demonstram ao Estado que essa renúncia fiscal é convertida em benefícios a sociedade, conforme diz Araújo, citado por Piza et. al. (2012, p.83).

A fim de atingir objetivos aos quais as demonstrações contábeis se destinam OLAK et. al (2012) sugere um conjunto completo de demonstrações que as entidades do terceiro setor devem elaborar, seriam elas: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Balanço Orçamentário; e notas explicativas. Acrescenta o referido autor que por receberem recursos públicos em suas parcerias com o Estado e tendo a necessidade de retornar o resultado alcançado em suas atividades, torna as entidades de terceiro setor sujeitas a apresentação de prestação de contas a respeito do uso desses recursos, e as demonstrações contábeis interligadas às demonstrações orçamentárias podem apresentar um avanço, o que vai ao encontro do que estabelece a NBC TSP 24.

A norma acima citada determina que as entidades públicas devam divulgar seus orçamentos aprovados, nos seguintes termos:

Esta Norma requer uma comparação dos valores orçados e dos valores realizados decorrentes da execução do orçamento a ser incluído nas

demonstrações contábeis das entidades que são requeridas a, ou eleitas a tornar publicamente disponível seu orçamento(s) aprovado(s) e, portanto, àquelas que são publicamente responsáveis.

Além das demonstrações já citadas as entidades de terceiro setor são obrigadas a manter em boa ordem os livros contábeis Livro Diário, Livro Razão e os livros auxiliares como livro de contas a receber, contas a pagar e controle de estoque e de bens do ativos imobilizado.

Considerando como principais livros de registros o livro diário e o razão, segundo Padoveze (2000, p.104) o primeiro é aquele em “os registros são feitos em ordem de data, não levando em conta natureza das contas que estão sendo lançadas, a preocupação se atém a simples listagem dos fatos.” Já o segundo, o Livro Razão, considerará o lançamento em todas as suas partidas, ou seja, classificará o fato pelas contas alteradas por ele, alocando cada fato a sua conta contábil respectiva.

Para OLAK et. al (2012, p.62) os livros auxiliares contribuem, essencialmente, para a eficácia dos controles contábeis da entidade, como o Livro de Registro de Contas a receber que evidencia todos os recebíveis com clientes em ordem cronológica de realização, o de Registro de Contas a pagar que mostra as obrigações com fornecedores em ordem cronológica. Também tem o Livro de Registro de Estoque que registrará as entradas e saídas de materiais do almoxarifado. E por fim, o Livro de Registro de bens Imobilizados que além de elencar os bens adquiridos indicará a taxa de depreciação.

2.3.2 SISTEMAS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Cabe neste ponto do trabalho descrever os sistemas de escrituração que permeiam a elaboração das demonstrações contábeis, além disso, é importante destacar que é em virtude de satisfazer as características desses sistemas que o plano de contas do terceiro setor deve ser elaborado.

A NBC T 10.19 é a norma que estabelece critérios e procedimentos específicos norteadores para a escrituração das entidades sem finalidade de lucros. De acordo com a mesma em seu item 10.19.3.1 estabelece quais as demonstrações devem ser elaboradas pelas entidades sem fins lucrativos e que essas estarão elencadas na

NBC T 3 que trata do Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis. Ocorre que a parte da norma foi revista e no tocante às demonstrações contábeis essas então estarão previstas NBC TG 26. Segundo essa norma as demonstrações que devem ser elaboradas pelas empresas com e sem finalidades de lucro são as seguintes: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas.

Vale destacar conforme alerta os autores Olak e Nascimento (2010, p.66) que a NBC T 3 traz orientações para empresas com e sem fins lucrativos, logo verifica-se que são necessárias algumas alterações, especialmente no que diz respeito a determinadas nomenclaturas de contas. É o que ocorre, segundo Martins (2013, p. 238), ao falar das terminologias utilizadas para melhor demonstrar as receitas e despesas (se Demonstração do Superávit ou Déficit das Atividades ou Demonstração do Resultado) das entidades sem fins lucrativos, enfatiza que:

A palavra resultado não é tecnicamente incorreta de todo, mas carrega hoje muito o sentido de resultado em termos de lucro ou prejuízo; por isso está muito vinculada à entidade de fins lucrativos. Como não cabe falar em lucro ou prejuízo para entidades de finalidades não lucrativas, e sim em Superávit ou Déficit, julgamos preferível essa outra denominação (Demonstração do Superávit ou Déficit das Atividades).

Slomski et. al (2012, p. 64) sugere um modelo de registro contábil para as entidades de terceiro setor baseado em dois sistemas contábeis, o sistema orçamentário e o sistema financeiro-patrimonial.

O orçamento para as entidades de terceiro setor é uma peça fundamental, pois auxilia na gestão das atividades e dos projetos desenvolvidos pela entidade, por isso estas organizações adotam o sistema orçamentário em sua contabilidade. É relevante mencionar que, segundo Slomski et. al (2012, p. 65) justifica a utilização de um sistema orçamentário para estas entidades pois esse é um instrumento vital na gestão das atividades e projetos da organização. Além disso, o conceituado autor explica que esse modelo de escrituração proposto se baseia num processo de integração da contabilidade orçamentária com a tradicional, com a premissa de que execução do orçamento é integrado a contabilidade tradicional.

A interpretação técnica NBC – ITG 2002, aprovada pela Resolução 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade e revogou a NBC T 10.19, é a

norma que estabelece vários procedimentos referentes a avaliação, reconhecimento e estruturação das demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos, de acordo com a Resolução Conselho Federal de Contabilidade 1.409 de 2012 que a aprovou. A NBC – ITG 2002 quando trata do reconhecimento de receitas e despesas pelas entidades sem fins lucrativos determina que essas devem ser reconhecidas obedecendo o princípio contábil da competência.

Retomando conceitualmente a estrutura do sistema orçamentário, sugerido por Slomski et. al. (2012, p. 65), o mesmo é composto por dois grupos: o da receita orçamentária e a despesa orçamentária. As receitas orçamentárias representam as receitas arrecadadas pela prestação de serviços das atividades, e também as receitas de contribuições ou doações oriundas de contratos com financiadores. Já as despesas orçamentárias evidenciam as despesas com a manutenção da administração da entidade, as despesas com atividade ou projetos desenvolvidos, e em algumas entidades serão inclusas aqui despesas na captação de recursos e novos parceiros.

A interpretação técnica NBC – ITG 2002 seu item 12 trata quanto ao reconhecimento contábil das receitas e despesas das entidades sem fins lucrativos:

As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em conta próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade.

Uma vez definidos os componentes do sistema orçamentário faz-se necessário o registro do resultado do confronto de receitas e despesas orçamentárias. Slomski et. al (2012, p. 68) descreve que no modelo proposto em que integra a contabilidade financeira com o sistema orçamentário destaca que cabe ao sistema financeiro-patrimonial evidenciar o resultado apurado quando *déficit*, despesa maior que receita, ou quando *superávit*, a receita for maior que as despesas. Dessa forma serão registrados os impactos da execução orçamentária sobre o ativo, passivo e patrimônio líquido da entidade, demonstrando assim: “a Posição Financeira (Balanço Patrimonial), o Desempenho Financeiro (Demonstração do Resultado do Exercício), as Mutações do Patrimônio Líquido, os Fluxos de Caixa e a Origens e Aplicações de Recursos”. (SLOMSKI, et. al. 2012, p.68)

2.3.3. MODELO DE PLANO DE CONTAS PARA ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Definidos os sistemas contábeis propostos para a escrituração dos fatos econômicos e financeiros que fazem parte da rotina de atividades de uma entidade do terceiro setor, cabe neste momento organizar um modelo de plano de contas genérico que possa receber esses registros contábeis. Uma vez já caracterizadas as contas de resultado que compõe o sistema orçamentário, receitas e despesas, será feita breve menção a respeito das principais contas patrimoniais, como ativo, passivo e patrimônio líquido. Cabe destacar brevemente, que a natureza das contas é a mesma quando se considera a contabilidade destinada a empresas que visam lucros, comparada a contabilidade aplicada pelas entidades sem fins lucrativos.

O grupo Ativo, segundo Hendriksen e Van Breda, citados por Piza (2012, p. 85) consideram que são reservas de benefícios futuros, enquanto que o passivo representará as obrigações contra esses benefícios. Resumidamente, Olak e Nascimento (2010, p. 87) definem o grupo ativo da seguinte forma: “basicamente, reúne as aplicações de recursos em bens e direitos da organização.” O passivo é definido por esses autores como sendo as obrigações da empresa com terceiros, ou seja, são as dívidas da organização de curto e longo prazo. Por fim, Slomski e col. (2012, p. 50) define o patrimônio líquido como sendo um valor residual entre ativo e passivos, sendo neste grupo registradas as reservas resultantes do superávits e déficits acumulados e reserva de reavaliação.

O modelo de plano de contas que está mais relacionado ao escopo deste trabalho é o sugerido por Slomski et. al. (2012, p.180) em que o mesmo observa, ser passível de ajustes de acordo com a entidade que por ventura vier a adotar a contabilidade orçamentária proposta. O referido autor estrutura o plano de contas em seis grandes grupos:

- Grupo 1 – Contas do Ativo;
- Grupo 2 – Contas do Passivo;
- Grupo 3 – Contas do Patrimônio Líquido;
- Grupo 4 – Contas de Resultado;

- Grupo 5 – Contas de Receita do sistema orçamentário;
- Grupo 6 – Contas de Despesa do sistema orçamentário.

A seguir modelo de plano de contas, listando algumas contas analíticas, sugerido por Slomski e col.(2012, p.181 – p. 185).

1. ATIVO

1.1. ATIVO CIRCULANTE

- 1.1.100 - Disponível
- 1.1.200 - Créditos a Receber
- 1.1.300 - Gratuidades Concedidas - Renúncia da Receita
- 1.1.400 - Estoques
- 1.1.500 - Outro Créditos

1.2. ATIVO NÃO CIRCULANTE

- 1.2.100 - Ativo Realizável a Longo Prazo
- 1.2.300 - Imobilizado
- 1.2.400 - Intangível

2. PASSIVO

2.1. PASSIVO CIRCULANTE

- 2.1.100 - Fornecedores a Pagar
- 2.1.200 - Salários a Pagar
- 2.1.300 - Obrigações Fiscais
- 2.1.400 - Outras Obrigações
- 2.1.500 - Provisões
- 2.1.600 - Fundo para Concessão de Gratuidade

2.2. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

- 2.2.100 - Obrigações Exigíveis a Longo Prazo

3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

3.1. PATRIMÔNIO SOCIAL

3.1.100 - Patrimônio Social Acumulado

4. CONTAS DE RESULTADO

4.1. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS

4.1 .100 - Resultado da Execução Orçamentária

4.1.200 - Independentes da Execução Orçamentária

4.2 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS

4.2.100 - Resultados da Execução Orçamentária

4.2.200 - Independentes da Execução Orçamentária

4.3. RESULTADO PATRIMONIAL

4.3.100 - Resultado Patrimonial do Exercício

5. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

5.1. RECEITAS PRÓPRIAS

5.1.100 - Receitas de Ativos

5.2. RECEITAS DE DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

5.2.200 - Receitas de Doações Pessoas Físicas

5.3. RECEITAS DE SUBVENÇÕES

5.3.300 - Receitas Vinculadas a Subvenções de Entidades Públicas

5.4. RECEITAS DE PARCERIAS

5.4.400 - Receitas Vinculadas a Parcerias com Entidades Públicas

5.5. RECEITAS DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE RECURSOS

5.5.500 - Receitas Vinculadas a Projetos

6. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

6.1. ADMINISTRAÇÃO DA CAUSA

6.1.001 - Manutenção das Atividades de Projetos Relacionados à Causa

6.2. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

6.2.001 - Manutenção das Atividades da Administração Superior

6.2.002 - Manutenção das Atividades da Administração Geral

6.3. ADMINISTRAÇÃO DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

6.3.001 - Manutenção das Atividades de Captação de Recursos

6.4. ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS DE GERAÇÃO DE RECURSOS

6.4.001 - Manutenção das Atividades de Projetos de Geração de Recursos

6.5. RESERVA PARA CONTINGÊNCIA

3. METODOLOGIA

Todo e qualquer estudo ou observação sobre um determinado fato ou objeto de estudo requer a utilização de instrumentos a fim de conduzir ao conhecimento desejado, o método de pesquisa é este instrumento que proporciona aos pesquisadores, independente da área de formação, orientação que permitirá planejar a sua pesquisa, segundo Fachin (2006, p. 29). Ainda acrescenta a referida autora que os métodos de pesquisa possibilitam ao pesquisador além do planejamento, formular hipóteses, coordenar o processo investigatório, realizar a experiência e ainda interpretar os resultados alcançados.

Analisar e comparar o comportamento de uma entidade do terceiro setor diante das mudanças ocorridas no ordenamento contábil caracteriza esta pesquisa como um estudo de caso. O estudo de caso pode ser claramente definido da seguinte forma:

O estudo de caso pode ser utilizado para desenvolver entrevistas estruturadas ou não, questionários, observações dos fatos, análise documental. O objeto a ser pesquisado neste tipo de pesquisa pode ser o indivíduo, a empresa, uma atividade, uma organização ou até mesmo uma situação. (SILVA 2003, p.65)

O método do estudo de caso pode ser caracterizado também como um estudo intensivo, pois considera principalmente, a compreensão como um todo do assunto ou fato a serem investigados, todos os aspectos a respeito do caso são investigados, conforme caracteriza Fachin (2006, p. 45). Ademais, Carvalho (2002, p. 134) acrescenta que o estudo de caso permite desenvolver nos participantes do processo de estudo a capacidade de analisar a situação concreta observada e assim poder sintetizar os conhecimentos aprendidos.

A fim de atingir um dos propósitos deste estudo que é a comparação dos Códigos de Contabilidade e Orçamento utilizou-se o método comparativo, que consiste em estudar as semelhanças e diferenças entre diversos grupos ou sociedades comparando as similitudes e procura explicar as divergências, segundo Lakatos e Markoni (2010, p.89).

Destacam ainda as referidas autoras a respeito do método comparativo: “O método comparativo é usado tanto para comparação de grupos no presente, no

passado ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento.” (LAKATOS E MARCONI, 2010. p.89).

Quanto à abordagem que será feita à questão de pesquisa deste estudo será por meio de uma pesquisa qualitativa. Segundo Richardson (1999, p.91 apud BAUREN et. al., 2013, p. 91) as pesquisas qualitativas podem contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Com relação aos objetivos os mesmos serão atingidos por meio de uma pesquisa descritiva. Silva (2003, p.65) destaca que a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômenos, estabelecendo relações entre as variáveis. Confirmando dessa forma o modelo de pesquisa a ser adotado, pois aborda definições e características de um determinado tipo de organização, no caso o terceiro setor, e como ela reage às mudanças trazidas pelas normas contábeis.

Foi necessário recorrer ao que a teoria oferece a respeito do assunto, fundamentalmente no que diz respeito aos estudos ou livros que abordam o tema terceiro setor, focando especificamente no aspecto contábil. Dessa forma utilizou-se a técnica da pesquisa bibliográfica, a fim de agregar um arcabouço teórico mínimo para este estudo, ainda que sejam escassos estes recursos. Essa técnica pode ser definida nas palavras de Lakatos e Marconi(2010, p. 166) da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, et., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

As referidas autoras ainda complementam que esta técnica tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi dito ou escrito sobre o assunto que ele está investigando, e que a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito a respeito, mas sim proporciona ao investigador o exame de um tema com outros olhos, chegando muitas vezes a conclusões inovadoras.

Também será utilizada a técnica de pesquisa documental, pois serão utilizadas informações das resoluções e normas internas que regulamentam a entidade SESC, para GiL(1996, p.51) “as fontes da pesquisa documental são mais

diversificadas e dispersas, são documentos arquivados em órgãos públicos, igrejas, sindicatos, como por exemplo memorandos, ofícios, regulamentos”.

A pesquisa documental pode ser entendida como toda informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada, complementa Fachin (2010, p.146). A autora ainda complementa:

Para a pesquisa documental, considera-se documento qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais em papel/madeira/pedra, gravações, pinturas, incrustações e outros. São considerados ainda os documentos oficiais, como editoriais, leis, atas, relatórios, ofícios, ordem régia etc.

E por fim, ao utilizar diversas fontes de pesquisas o estudo será feito por meio de triangulação de dados, cuja definição trazida por Denzin (1989, apud DUARTE 2009, p.11) “refere-se a recolha de dados recorrendo a diferentes fontes, e ainda distinguindo subtipos de triangulação o autor propõe que se estude o fenômeno em tempos, espaços e com indivíduos diferentes”.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 HISTÓRIA E CRIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)

Na década de 1940 o Brasil passava por uma fase de grandes expectativas, de tensões sociais internas e na esfera internacional a Segunda Guerra Mundial. Tendo esse o cenário da época, tornou imprescindível que a sociedade brasileira se organizasse a fim de traçar estratégias para o desenvolvimento socioeconômico do país. Foi na esteira desse processo que em 1945 na cidade de Teresópolis no Rio de Janeiro foi realizada a Primeira Conferência das Classes Produtoras (CONCLAP), culminando com a redação da Carta da Paz Social, cujo texto almejava uma série de ações precípuas ao desenvolvimento brasileiro, como o combate a miséria, o aumento da renda nacional, o fortalecimento da democracia e justiça nacional. (SISTEMA FECOMÉRCIO PARANÁ, 2012).

Esse contexto gerou a necessidade da criação de entidades regulamentadoras e articuladoras dos interesses do comércio para o desenvolvimento do país. Foi então, no ano de 1945 fundada a Confederação Nacional do Comércio (CNC), entidade reconhecida pelo Decreto 20.068/1945, como entidade representativa no plano nacional, dos direitos e interesses do comércio brasileiro. Desde então a história dessa instituição cresceu não somente no setor do comércio de bens, serviços e turismo, como também passou a atuar nas áreas de educação e desenvolvimento social do Brasil. Foi a partir desse momento que por meio do Decreto-Lei nº 9.853 de 13 de Setembro de 1946, no governo de Eurico Gaspar Dutra, que foi criado o Serviço Social do Comércio - SESC. A referida norma assim determinou a Confederação Nacional do Comércio a responsabilidade de criar e organizar o SESC.

O artigo primeiro do Decreto 9.853 determinou que o SESC tenha por finalidade planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria na qualidade do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade. Na execução de sua finalidade o SESC deverá ter em vista os seguintes propósitos, determinados no §1º do artigo 1º da referida norma:

- Assistência em relação aos problemas domésticos (nutrição, habitação, vestuário, saúde, educação e transporte);
- Providências no sentido da defesa do salário real dos comerciários;
- Incentivo a atividade produtora;
- Realizações educativas e culturais, visando à valorização do homem, pesquisas sociais e econômicas.

O Serviço Social do Comércio está normatizado no Regulamento nº 61.836 de 5 de dezembro de 1967 e em seu artigo primeiro determina como sendo sua finalidade:

Estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e , bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa que, partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática.

Acrescenta o referido artigo que o SESC deverá na execução de seu objetivos observar especialmente os propósitos constantes no §1 do art. 1º do Decreto Lei 9.853, ora já citado.

A ação do SESC deve abranger o trabalhador no comércio e atividades assemelhadas e seus dependentes, assim como os diversos meios ambientes que condicionam a vida do trabalhador e sua família. Para que possa atingir seus propósitos, dentre outras ações, conforme define o artigo 3º do Regulamento, caberá ao SESC:

- Organizar os serviços sociais adequados às necessidades e possibilidades locais, regionais e nacionais;
- Utilizar recursos educativos e assistenciais existentes, tanto públicos como particulares;
- Estabelecer convênios, contratos e acordos com órgãos públicos, profissionais e particulares;
- Promover quaisquer modalidades de cursos e atividades especializadas de serviço social;

- Conceder bolsas de estudo, no país e no estrangeiro, ao seu pessoal técnico para formação e aperfeiçoamento.
- Participar de congressos técnicos relacionados a suas finalidades
- Servir-se de recursos audiovisuais e dos instrumentos de formação da opinião pública, para interpretar e realizar a sua obra educativa e divulgar os princípios, métodos e técnicas de serviço social;
- Promover, por processos racionais e práticos, a aproximação entre empregados e empregadores;
- Desenvolver programas no âmbito da educação, cultura, saúde, assistência e lazer; e nesta última categoria inclusas as atividades de turismo em suas diversas modalidades.

Além disso, o SESC faz parte do conjunto de organizações mais conhecido como Sistema “S”, que juntamente com o Serviço Nacional da Indústria – Senai, Serviço Social da Indústria – Sesi e o Serviço Nacional da Aprendizagem – Senac, executam ações voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica (SENADO FEDERAL).

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE o SESC está classificado quanto a sua natureza jurídica como Entidade Sem Fins Lucrativos, pertencendo ao grupo das entidades do Serviço Social Autônomo, ou entidades do Sistema “S”, como já fora citado, cujas características são: criadas ou autorizadas por lei, pessoas jurídicas de direito privado, entidades destinadas a ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, mantidas por dotação orçamentária ou contribuições parafiscais, e não possuem finalidade lucrativa.

Com relação a sua natureza jurídica o Regulamento nº 61.836/67 qualifica o SESC como uma entidade de direito privado, nos termos da lei civil, com sede e foro jurídico na Capital Nacional do Comércio, cabendo sua organização e direção a Confederação Nacional do Comércio. Sua estrutura administrativa está organizada da seguinte forma: Administração Nacional com jurisdição em todo o território Nacional, Conselho Nacional como órgão deliberativo, Departamento Nacional como órgão executivo, Conselho Fiscal, Administrações Regionais, Conselho Regional e, por fim, os Departamentos Regionais presentes em cada Estado da Federação.

4.2 SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO NO ESTADO DO PARANÁ

O SESC no Estado do Paraná foi instalado em 10 de Janeiro de 1948, sendo elevado a categoria de Departamento Regional no ano seguinte. Para a concretização de seus objetivos institucionais o SESC implementa programas, atividades e serviços nas áreas da cultura, educação, lazer, saúde, assistência social. Desenvolve sua ação por meio de uma rede de instalações físicas estendidas pela capital e interior do estado. A infraestrutura que conta hoje para atender à demanda é de 36 (trinta e seis) unidades de serviços e 04 (quatro) unidades móveis, sendo 02 (duas) de odontologia e 03 (três) de biblioteca.

O SESC/PR intitula-se como instituição não governamental de caráter privado e sem fins lucrativos, sendo mantida e administrada por empresários do comércio. A entidade tem como missão promover soluções para a qualidade e vida do comerciário e seus familiares por meio da educação, cultura, saúde e lazer. Tem como visão ser reconhecida como organização social de excelência em gestão, infraestrutura, inovação e atendimento. Além disso, para executar as metas estipuladas o SESC dispõe de recursos que provêm da contribuição compulsória dos empregadores, no valor de 1,5% calculado sobre a folha de pagamento dos empregados de estabelecimentos comerciais enquadrados nas Entidades Sindicais subordinadas a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

No seu Relatório de Gestão 2013 com visão para 2014 assume o compromisso de criar soluções para suprir as necessidades do trabalhador do comércio de Bens, Serviços e Turismo e seus dependentes, oferecendo atendimento a todas as faixas etárias no 36 pontos de atendimento no Estado. Esse trabalho é exercido de forma contínua, com uma missão, diretrizes e propósitos que fundamentam seus projetos e programas, permitindo oferecer à sociedade paranaense atividades de qualidade voltadas ao bem-estar social.

Em linhas gerais serão exemplificados alguns projetos que fazem parte da atuação do SESC/PR em cada tipo de atividade ao qual se dedica. A começar pela Educação com destaque para o Programa de Comprometimento com a Gratuidade em que parte das vagas são destinadas a comunidades carentes que comprovem essa condição, os Projetos Aprender e Jogar, Comércio em Movimento, Cursos de Valorização Social, Educação de Jovens e Adultos, Educação Infantil, Espaço

Conexão e Futuro Integral. No campo da Cultura ganham destaque os projetos Palco Giratório, Paraná Junino, Semana Literária, Autores & Ideias, CineSESC, Sonora Brasil e Femucic

Possui um Acervo Cultural Bibliográfico que contempla os projetos Estação do Conhecimento, a biblioteca itinerante BilbioSESC. O Sesc desta-se também na área da Saúde realizando a Feira do Rim, SESC Saúde nas Empresas, Saúde da Criança. A atividade de Nutrição tem um programa denominado Mesa Brasil cuja iniciativa possui um protocolo com Programa Fome Zero do Governo Federal, e visa a segurança alimentar e nutricional sustentável cuja missão é redistribuir os alimentos excedentes próprios para o consumo. Através da Odontologia realiza os projetos Programa Saúde Bucal e OdontoSESC com unidades móveis percorrendo o estado.

No Lazer ganha destaque com projetos como Brincando nas Férias, Dia do Desafio, SESC Triátlon Caiobá, Jogos Comerciais, Circuito SESC Caminhada de Rua e a Maratona de Foz do Iguaçu. Na área da Assistência Social realiza atividades de ação comunitária, Paraná em ação, Justiça no bairro e SESC Cidadão, Encontro nacional de Idosos, Campanha do agasalho, Campanha do brinquedo.

Logo, percebe o quão esta entidade é atuante na comunidade, na sociedade paranaense, pela prática de seus projetos, não somente destinados ao comerciante e seus dependentes como o público em geral, garantindo assim a promoção do ser humano e do cidadão paranaense.

4.3 CÓDIGO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO - CODECO

O SESC por ser uma entidade de caráter assistencial atuante na comunidade em que está inserido, presta contas e informações a respeito das metas que atinge em termos de quantidade de público atingido em seus projetos, assim como do valor de seus investimentos efetivamente empregados nele. Logo, é fundamental que estas informações estejam revestidas de formalidades a fim de expressar confiabilidade nos dados apresentados. A contabilidade é o setor responsável por acompanhar, processar e controlar esses dados, assim como também é quem compila as informações que vão compor as demonstrações contábeis e relatórios auxiliares de prestação de contas.

O Departamento Administrativo Financeiro – DAF é departamento responsável pelo controle, conferência, e acompanhamento financeiro das atividades exercidas por todas as unidades executivas do SESC no Paraná. Também é o setor que confere, elabora e analisa as demonstrações contábeis geradas mensalmente e ao final do ano pelo fechamento do balanço anual. Utiliza de um sistema próprio de escrituração eletrônica denominado SGF – Sistema de Gestão Financeira, sistema onde os dados são processados e geram os relatórios financeiros.

Em linhas gerais descrevendo o processo de escrituração contábil o mesmo se resume da seguinte forma: assim que a documentação que fundamenta todos os lançamentos feitos pela tesouraria das unidades chega ao departamento contábil, sito na capital Paranaense, são importadas os arquivos digitais que contém os dados gerados pelo sistema utilizado pelos tesoureiros denominado Movimento Caixa e Banco – MCB, e após conferência criteriosa de todas os lançamentos são emitidos os vouchers de movimentação diária. No período de fechamento ou conciliação, são realizados lançamentos contábeis a fim de ajustar os saldos das contas, sempre com base em relatório fidedignos e que expressam a realidade de saldo da conta, e uma vez finalizados são gerados os relatórios que refletem as movimentações financeiras de todo o mês.

O SESC assim como qualquer outra organização, independente da atividade que exerce e da destinação de seus resultados, está sujeito a observância das normas gerais vigentes de contabilidade, mais especificamente das Normas Brasileiras de Contabilidade. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis 2008 determina que o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, e que elas sejam úteis para um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisões econômicas.

Em virtude da obrigatoriedade da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União conforme Resolução TCU nº 214/1983, e também por receber como principal fonte de financiamento de suas atividades a receita compulsória oriunda da arrecadação, enviada pela União por intermédio do Instituto de Nacional

do Seguro Social – INSS, dos empregadores em 1,5% sobre a folha de pagamento das empresas comerciais enquadradas na Entidades Sindicais subordinadas a CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo SESC, incorporou em suas demonstrações princípios e nomenclaturas aplicados a contabilidade pública.

Dessa forma, pode-se dizer que a contabilidade praticada no SESC/PR é uma contabilidade híbrida ou mista, pois combina nas suas demonstrações contábeis conceitos e definições aplicados a empresas em geral, contabilidade convencional, e também aplicados a contabilidade pública. Tendo em vista essa peculiaridade é que a entidade possui seu próprio instrumento normatizador de contabilidade e orçamento denominado Código de Contabilidade e Orçamento – CODECO. O Código de contabilidade foi instituído em por meio da Resolução SESC nº 380 de 06 de Dezembro de 1978 cuja vigência passou a se dar para entidades do SESC em 1º de Janeiro de 1979, com o objetivo de adequar e padronizar o processo de registro e escrituração dos eventos contábeis do SESC. O artigo 2º da referida Resolução menciona que o CODECO é de uso obrigatório nas Administrações Nacional e Regionais do SESC.

Com o advento das alterações trazidas pela Lei 11.638/07 na Lei 6.404/76, em virtude da convergência das práticas contábeis vigentes nos setores privados e públicos brasileiros com as normas internacionais, o SESC precisou também adequar o seu instrumento de procedimentos contábeis e financeiros. Dessa forma, o CODECO passou por uma grande revisão justamente com o propósito de alinhar suas normas financeiras e o plano de contas de acordo com as diretrizes a serem observadas nos novos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

Considerando as peculiaridades já mencionadas a respeito desta entidade, sua natureza jurídica, o recebimento de recursos por intermédio do governo federal, e o papel que executa na sociedade cumprindo muitas vezes com atividades e serviços que são próprios e responsabilidade do estado, resta apurar e levantar quais contas contábeis foram adicionadas ao Código de Contabilidade e quais informações trará aos usuários das demonstrações contábeis do SESC/PR.

4.3.1 – CÓDIGO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO – CODECO ANTIGO

O Código de Contabilidade que vigorava desde sua aprovação em 1979, precisou passar por reformulações em virtude da evolução do SESC, assim aliado aos atos do Governo Federal que no decorrer dos anos foi introduzindo no seu plano de contas contábil, impondo então, a necessidade de ajustar as contas de Receitas e Despesas do SESC por serem semelhantes as contas utilizadas no serviço público.

Essencialmente o Código de Contabilidade trata em seu conteúdo a respeito das normas financeiras que devem ser observadas, caracteriza e define e função dos grupos das contas patrimoniais do plano de contas, e por fim menciona a legislação norteadora dos procedimentos executados pelo SESC.

O Capítulo I do Código trata das normas financeiras e quanto disposições gerais o mesmo define que poderá ser complementado por manuais de procedimentos ou informativos contábeis e orçamentários, cuja iniciativa será do Departamento Nacional e dos Regionais, resguardando as normas gerais em vigor. Além disso, estabelece que o exercício contábil e orçamentário do SESC coincida com o ano civil. Também orienta quanto aos procedimentos a serem observados quando da elaboração do Orçamento Programa e sua execução. No capítulo que trata especificamente da contabilidade o referido Código em seu artigo 42 assim define o seu papel:

Art. 42 - Caberá á Contabilidade o controle financeiro, econômico e patrimonial, através de sistemas analíticos e sintéticos, organizados de forma a permitir o acompanhamento da evolução do patrimônio da Entidade, e das variações de seus componentes, vem como ter condições de fornecer dados e informações para o desenvolvimento da gestão econômico-financeira.

O artigo 51 diz que a contabilidade levantará mensalmente o balancete de verificação das contas do Razão, e o financeiro fim de que possam evidenciar:

- O estado Patrimonial da entidade, através das contas de Ativo e passivo;

- A execução orçamentária da receita e da despesa em confronto com valores, respectivamente, orçados e autorizados no orçamento-programa;
- Demonstrações Financeiras resumidas, conciliação das contas bancárias e saldos em caixa;
- Análise econômico-financeira e orçamentária, sob forma de relatório do responsável pela Contabilidade, contendo, inclusive os índices de liquidez imediata e mediata;
- As alterações orçamentárias decorrentes de Créditos Adicionais;
- Justificativa dos excessos de despesas verificados a cada mês, conforme disposto no Art. 22.;
- Demonstrativo por programa de atividade da execução orçamentária de acordo com a Classificação Funcional Programática vigente, evidenciando os valores orçados e realizados a cada mês.

Por fim, e o que mais interessa para este trabalho o plano de contas definido pelo CODECO, a organização das contas, suas definições e em quais situações deverão ser utilizadas. As contas patrimoniais estão assim organizadas, a começar pelas contas do Ativo que está dividido em quatro principais grupos: Ativo Financeiro, Ativo Transitório, Ativo Permanente e Ativo Compensado. O passivo está dividido da seguinte forma: Passivo Financeiro, Passivo Transitório, Passivo Permanente e Passivo Compensado. As contas de resultado também estão organizadas em grupos de acordo com a natureza, como a Receita possui dois grandes grupos as Receitas Correntes e as Receitas de Capital, as despesas da mesma forma estão divididas em Despesas Correntes e as Despesas de Capital. Além desses há outro grupo denominado Contas Extraorçamentárias que nada mais é que a reunião de contas de resultado patrimonial e possui contas de natureza devedora e credora.

A fim de demonstrar as contas que são utilizadas pra contabilização dos atos e fatos contábeis da entidade SESC/PR foi selecionado o pré-balancete do mês de setembro de 2014. O plano de contas utilizado está estruturado da seguinte forma:

- 1 – Ativo;
- 2 – Passivo;
- 3 – Despesa;
- 4 – Despesa de Capital;
- 5 – Contas de Resultado Patrimonial;
- 1 – Receita

O grupo de Receita corresponde realmente ao número 1, conforme será observado na organização das contas deste grupo.

4.3.1.a) Contas Patrimoniais

Tabela 1: Contas do Ativo

1.	ATIVO
1.1	ATIVO FINANCEIRO
1.1.1	DISPONÍVEL
1.1.1.1	DISPONIBILIDADES EFETIVAS
1.1.1.1.1	CAIXA
1.1.1.1.2	BANCOS-C/MOVIMENTO
1.1.1.1.3	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
1.1.1.3	DISPONIBILIDADES EM TRÂNSITO
1.1.2	REALIZÁVEL
1.1.2.1	RECEITAS A RECEBER
1.1.2.1.2	AN-C/ARRECADAÇÃO DO INSS
1.1.2.1.6	RECEITAS DE SERVIÇOS A RECEBER
1.1.2.1.6.01	CHEQUES A APRESENTAR
1.1.2.1.6.02	FINANCIAMENTO DENTÁRIO
1.1.2.1.6.03	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS
1.1.2.1.6.04	PARCERIA COM EMPRESAS
1.1.2.1.6.05	CONVÊNIO ODONTOLÓGICO
1.1.2.1.6.07	ADMINISTRADORAS DE CARTÕES
1.1.2.1.6.08	RECEITAS A RECEBER EDUCAÇÃO INFANTIL
1.1.2.1.6.09	RECEITAS A RECEBER EJA (SUPLETIVO)
1.1.2.1.6.11	RECEITAS A RECEBER IDIOMAS
1.1.2.1.6.28	PROTESTO EDUCAÇÃO INFANTIL
1.1.2.1.6.29	PROTESTO EJA
1.1.2.1.6.31	PROTESTO IDIOMAS
1.1.2.2	DÉBITOS DA ADMINISTRAÇÃO NACIONAL
1.1.2.2.1	AN-C/MOVIMENTO
1.1.2.2.2	AN-C/APLICAÇÃO EM PROJETOS ESPECIAIS

Continua

Tabela 1: Contas do Ativo*Continuação*

1.1.2.2.9	OUTROS DÉBITOS DA AN
1.1.2.3	DÉBITOS DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
1.1.2.3.4	DÉBITOS ENTRE REGIONAIS
1.1.2.4	DÉBITOS CONTRATUAIS
1.1.2.4.1	APLICAÇÕES POR CONVÊNIOS
1.1.2.4.9	OUTROS DÉBITOS CONTRATUAIS
1.1.2.5	DEVEDORES POR ADIANTAMENTOS
1.1.2.5.1	ADIANTAMENTOS PARA FÉRIAS
1.1.2.5.2	ADIANTAMENTOS DE SALÁRIOS
1.1.2.5.2.01	SALÁRIOS
1.1.2.5.3	ADIANTAMENTOS DO 13º SALÁRIO
1.1.2.5.4	ADIANTAMENTOS PARA DESPESAS
1.1.2.5.4.01	TURISMO SOCIAL
1.1.2.5.4.03	ADIANTAMENTO PARA DESPESAS DIVERSAS
1.1.2.5.9	OUTROS DEVEDORES POR ADIANTAMENTOS
1.1.2.6	VALORES MOBILIÁRIOS E DE CONSUMO
1.1.2.6.2	ALMOXARIFADO
1.1.2.6.3	MATERIAIS EM TRÂNSITO
1.1.2.9	DÉBITOS DIVERSOS
1.1.2.9.1	DÉBITOS DE SERVIDORES
1.1.2.9.1.02	ADIANTAMENTO COMPULSÓRIO
1.1.2.9.1.04	EMPRÉSTIMOS DESC EM FOLHA -CEF SICREDI SINCOCRE
1.1.2.9.2	INSS-C/SALÁRIO FAMÍLIA
1.1.2.9.3	INSS-C/SALÁRIO MATERNIDADE
1.1.2.9.9	OUTROS DÉBITOS DIVERSOS
1.2	ATIVO TRANSITÓRIO
1.2.1	PENDENTE
1.2.1.1	VALORES EM APURAÇÃO
1.2.1.1.2	DEPÓSITOS EM GARANTIA
1.2.1.1.2.01	AÇÕES CONTRA A RECEITA
1.2.1.1.2.02	OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS
1.2.1.1.9	OUTROS VALORES EM APURAÇÃO
1.2.1.1.9.03	GCM/Gerência de Marketing
1.2.1.1.9.1.3	CTO - CONSTRUTORA TÉCNICA DE OBRAS CIVIS LTDA.
1.2.1.1.9.16	VALE REFEIÇÃO
1.2.1.1.9.17	APURAÇÃO DE LANÇAMENTOS
1.2.1.1.9.19	OBRAS - GASTOS PRÉ CONSTRUÇÃO
1.2.1.1.9.20	APURAÇÃO DE SINISTROS
1.2.1.1.9.21	APURAÇÃO LANÇAMENTOS HOSPEDAGEM - CAIOBÁ
1.2.1.2	DESPESAS ANTECIPADAS
1.2.1.2.1	PRÊMIOS DE SEGURO
1.2.1.2.2	ASSINATURAS DE PUBLICAÇÕES

Continua

Tabela 1: Contas do Ativo*Continuação*

1.2.1.2.9	OUTRAS DESPESAS ANTECIPADAS
1.2.1.2.9.03	SOFTWARE
1.3	ATIVO PERMANENTE
1.3.1	IMOBILIZADO
1.3.1.1	BENS IMÓVEIS
1.3.1.1.1	TERRENOS
1.3.1.1.2	CONSTRUÇÕES EM CURSO
1.3.1.1.3	EDIFICAÇÕES
1.3.1.1.4	BENFEITORIAS
1.3.1.2	BENS MÓVEIS
1.3.1.2.1	EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EM GERAL
1.3.1.2.2	VEÍCULOS
1.3.1.2.9	BENS MÓVEIS DIVERSOS
1.4	ATIVO COMPENSADO
1.4.1	COMPENSAÇÃO
1.4.1.1	COMPENSAÇÃO ATIVA
1.4.1.1.1	SEGUROS CONTRATADOS
1.4.1.1.1.15	SEGUROS 201.4/2015
1.4.1.1.3	BENS EM COMODATO
1.4.1.1.9	OUTROS VALORES COMPENSADOS
1.4.1.1.9.02	CEF-CHEQUES EM CUSTÓDIA
1.4.1.1.9.08	BENS RECEBIDOS VINCULADOS A CONTRATO
1.4.1.1.9.09	BENS CEDIDOS VINCULADOS A CONTRATO
1.4.1.1.9.10	AÇÕES JUDICIAIS
1.4.1.1.9.11	EXECUÇÃO DE OBRAS
1.4.1.1.9.12	PROVISÕES TRABALHISTAS
1.4.1.1.9.13	ALUGUEIS - IMÓVEL CEDIDOS (LOCADOR)
1.4.1.1.9.14	ALUGUEIS - IMÓVEL RECEBIDOS (LOCATÁRIO)
1.4.1.1.9.15	CONCESSÃO DE IMÓVEL RECEBIDO
1.4.1.1.9.16	CAUÇÕES E SEGURO GARANTIA
1.4.1.1.9.17	BENS CESSIONÁRIOS RECEBIDOS

Fonte: Relatório Pré-Balancete Setembro/2014 – SESC**Tabela 2: Contas do Passivo**

2.	PASSIVO
2.1	PASSIVO FINANCEIRO
2.1.1	EXIGÍVEL IMEDIATO
2.1.1.1	CRÉDITO A LIQUIDAR
2.1.1.1.2	SALÁRIOS A PAGAR
2.1.1.1.3	CONTAS A PAGAR
2.1.1.1.4	RETENÇÃO E OBRIGAÇÕES A RECOLHER

Continua

Tabela 2: Contas do Passivo*Continuação*

2.1.1.1.4.00	INSS ASSALARIADO
2.1.1.1.4.01	INSS AUTÔNOMOS
2.1.1.1.4.02	INSS COOPERATIVA 15%
2.1.1.1.4.03	INSS PESSOA JURÍDICA 11%
2.1.1.1.4.04	FGTS
2.1.1.1.4.05	ISS
2.1.1.1.4.06	IR PESSOA JURÍDICA
2.1.1.1.4.07	IR AUTÔNOMOS
2.1.1.1.4.08	IR COOPERATIVAS
2.1.1.1.4.10	ISS JURÍDICA
2.1.1.1.4.11	PIS
2.1.1.1.4.12	IR ALUGUÉIS
2.1.1.1.4.14	IR ASSALARIADO
2.1.1.1.4.16	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
2.1.1.1.4.17	COFINS-CSLL-PIS/PASEP
2.1.1.1.4.19	PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO
2.1.1.1.4.20	INSS EMPRESAS MEI
2.1.1.1.5	CRÉDITOS DIVERSOS DE SERVIDORES
2.1.1.1.5.01	ESQUINA
2.1.1.1.5.20	CREDITOS DE SERVIDORES
2.1.1.1.9	OUTROS CRÉDITOS A LIQUIDAR
2.1.1.1.9.02	SUL AMÉRICA SEGUROS - FOLHA
2.1.1.1.9.03	PENSÃO ALIMENTÍCIA - FOLHA
2.1.1.1.9.04	EMPRÉSTIMO CEF - SERVIDORES FOLHA
2.1.1.1.9.05	ASSESF
2.1.1.1.9.09	EMPRÉSTIMO EM FOLHA - SINOCRED
2.1.1.1.9.10	EMPRESTIMO EM FOLHA - SICREDI
2.1.1.1.9.12	CESSIONÁRIOS
2.1.1.1.9.15	CREDITOS DE TERCEIROS
2.1.1.1.9.18	GRUPOS ARTÍSTICOS
2.1.1.1.9.19	LIVROS EM CONSIGNAÇÃO
2.1.1.1.9.2.1	CRÉDITOS DE CONSUMOS
2.1.2	EXIGÍVEL MEDIATO
2.1.2.2	CRÉDITOS DA ADMINISTRAÇÃO NACIONAL
2.1.2.2.1	NA-C/MOVIMENTO
2.1.2.2.1.00	ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DO SESC
2.1.2.2.2	AN-C/ADIANTAMENTO PARA PROJETOS ESPECIAIS
2.1.2.2.2.00	AN PROJETOS ESPECIAIS BOLSA DE ESTÁGIO
2.1.2.2.9	OUTROS CRÉDITOS DA AN
2.1.2.2.9.05	PROJETO MESA BRASIL
2.1.2.4	CRÉDITOS CONTRATUAIS
2.1.2.4.1	OBRIGAÇÕES POR CONVÊNIOS

Continua

Tabela 2: Contas do Passivo*Continuação*

2.1.2.4.1.01	ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM
2.1.2.4.2	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
2.1.2.4.2.00	CTO CONSTRUTORA TEC DE OBRAS CIVIS LTDA.
2.1.2.5	CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSOS
2.1.2.5.1	PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSOS
2.1.2.5.1.00	PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSOS
2.1.2.5.1.01	CHEQUES A APRESENTAR
2.1.2.5.1.04	PARCERIAS DE ATIVIDADES
2.1.2.5.1.06	CONVÊNIO ODONTOLÓGICO
2.2	PASSIVO TRANSITÓRIO
2.2.1	PENDENTE
2.2.1.1	VALORES EM APURAÇÃO
2.2.1.1.1	VALORES EM TRANSIÇÃO
2.2.1.1.1.07	VALORES EM TRANSIÇÃO - TURISMO SOCIAL
2.2.1.1.1.60	RECEITAS A APROPRIAR
2.2.1.1.1.60.0001	MARECHAL CANDIDO RONDON
2.2.1.1.9	OUTROS VALORES EM APURAÇÃO
2.2.1.1.9.01	PRÓTESE UNIDADES
2.2.1.1.9.01.0001	ODONTOLOGIA
2.2.1.1.9.13	CTO - CONSTRUTORA TÉCNICA DE OBRAS CIVIS LTDA.
2.2.1.1.9.17	APURAÇÃO DE LANÇAMENTOS
2.2.1.1.9.17.0001	ESQUINA
2.2.1.1.9.18	DÉBITOS FISCAIS
2.2.1.1.9.18.0001	ISS PREFEITURA PONTA GROSSA/PIRAMIDE
2.2.1.2	RECEITAS ANTECIPADAS
2.2.1.2.1	RECEITAS RECEBIDAS A APROPRIAR
2.2.1.2.1.50	EXCURSOES A REALIZAR
2.2.1.2.1.50.0012	TUR. GRAMADO/SERRA GAUCHA 08/11 a 15/11/14
2.2.1.2.9	OUTRAS RECEITAS ANTECIPADAS
2.2.1.2.9.02	RECEITAS A REALIZAR
2.2.1.2.9.02.0005	SESC CAIOBÁ - DIÁRIAS
2.2.1.2.9.02.0006	ADIANTAMENTOS GRUPOS CAIOBÁ- EVENTOS
2.2.1.2.9.02.0007	RESERVA CAIOBÁ A CONFIRMAR STS
2.3	PASSIVO PERMANENTE
2.3.2	NÃO EXIGÍVEL
2.3.2.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.2.1.1	SUPERÁVITS ACUMULADOS
2.3.2.1.1.00	ACUMULADOS
2.3.2.1.5	MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS
2.3.2.1.5.00	MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS
2.4	PASSIVO COMPENSADO
2.4.1	COMPENSAÇÃO

Continua

Tabela 2: Contas do Passivo*Continuação*

2.4.1.1	COMPENSAÇÃO PASSIVA
2.4.1.1.1	SEGUROS CONTRATADOS
2.4.1.1.1.15	SEGUROS 2013/2014
2.4.1.1.1.15.002.1	ROYAL SEG. DN CARRETAS 18/10/13 A 18/10/14
2.4.1.1.3	BENS EM COMODATO
2.4.1.1.3.40	BENS EM COMODATO RECEBIDOS
2.4.1.1.3.40.0038	FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA TERMO Nº 015/08
2.4.1.1.9	OUTROS VALORES COMPENSADOS
2.4.1.1.9.02	CEF CHEQUES EM CUSTÓDIA
2.4.1.1.9.08	BENS RECEBIDOS VINCULADOS A CONTRATO
2.4.1.1.9.08.0002	VIVO S/A CONTRATO
2.4.1.1.9.09	BENS CEDIDOS VINCULADO A CONTRATO
2.4.1.1.9.09.0005	SENAC CAFÉ DO PAÇO - PR 2014 CON 050
2.4.1.1.9.10	AÇÃO JUDICIAL
2.4.1.1.9.10.0004	ARRECADAÇÃO DO INSS SEST SENAT
2.4.1.1.9.10.0005	DEMANDAS JUDICIAIS
2.4.1.1.9.10.0006	DEMANDAS JUDICIAIS ESTADUAL
2.4.1.1.9.11	EXECUÇÃO DE OBRAS
2.4.1.1.9.11.0018	MEDIANEIRA - CONSTRUTORA ZANELLA LTDA

Fonte: Relatório Pré-Balancete mês Setembro/2014 - SESC**4.3.1.b) Contas de Resultado****Tabela 3: Contas de Despesa**

3	DESPESAS CORRENTES
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.1.90	APLICAÇÕES DIRETAS
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
3.1.90.11.00	PESSOAL - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO
3.1.90.11.00	PESSOAL - FÉRIAS
3.1.90.11.00	PESSOAL - SALÁRIOS
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.90.13.00	PESSOAL-VALE TRANSPORTE
3.1.90.13.00	ENCARGOS FGTS/INSS/PIS
3.1.90.13.00	PESSOAL-AÇÃO TRABALHISTA OU AÇÃO CIVIL
3.1.90.13.00	EXAMES PERIÓDICOS / ADMISSIONAL
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL
3.1.90.16.00	DIÁRIA DE VIAGEM
3.1.90.16.00	PESSOAL-HORAS EXTRAS
3.1.90.16.00	ABONO APOSENTADORIA

Continua

Tabela 3: Contas de Despesa*Continuação*

3.1.90.16.00	PESSOAL-AVISO PRÉVIO
3.1.90.16.00	LICENÇA PRÊMIO
3.1.90.16.00	AUXÍLIO CRECHE
3.1.90.16.00	AUXÍLIO FUNERAL
3.1.90.16.00	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA
3.1.90.16.00	DIÁRIA DE VIAGEM-FINAL DE SEMANA
3.1.90.16.00	BENEFICIO TEMPORADA DE FÉRIAS
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.50	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS
3.3.50.41	CONTRIBUIÇÕES
3.3.50.41.03	CONTRIBUIÇÕES REGULAMENTARES
3.3.50.41.03.00	CONTRIBUIÇÃO REGULAMENTADA FEDERAÇÃO
3.3.90	APLICAÇÕES DIRETAS
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO VEÍCULOS-PEÇAS/MÃO
3.3.90.30.00	GÁS
3.3.90.30.00	UNIFORME E EQUIPAMENTO PROTEÇÃO INDIVIDUAL
3.3.90.30.00	COMBUSTÍVEL
3.3.90.36	OUTROS SERV. TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.36.00	ANIMADOR / LOCUTOR EM EVENTOS
3.3.90.36.00	CARRO DE SOM
3.3.90.36.00	MONTAGEM DE ESTRUTURA PARA EVENTOS
3.3.90.39	OUTROS SERV. TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO VEÍCULOS-PEÇAS/MÃO
3.3.90.39.00	LANCHES PARA EDUCAÇÃO
3.3.90.39.00	ALIMENTAÇÃO/SOPA E PÃO
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	INVESTIMENTOS
4.4.90	APLICAÇÕES DIRETAS
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.4.90.51.00	MATERIAL E SERVIÇO ELÉTRICO
4.4.90.51.00	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO
4.4.90.51.00	DIVISÓRIAS / BIOMBOS
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.52.00	MATERIAL DE COPA COZINHA
4.4.90.52.00	EMBALAGENS PARA ACONDICIONAMENTO
4.4.90.52.00	MOBILIÁRIOS INCORPORÁVEIS
4.4.90.52.00	MATERIAL ESPORTIVO
4.4.90.52.00	FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS
5	CONTAS DE RESULTADO PATRIMONIAL
5.1	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
5.1.30	MUTAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTES

Continua

Tabela 3: Contas de Despesa*Continuação*

5.1.30.01	BAIXA NO ATIVO PERMANENTE-DB
5.1.90	OUTRAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
5.1.90.01	BAIXA NO ATIVO FINANCEIRO - DB
5.1.90.03	INCORPORAÇÃO NO PASSIVO FINANCEIRO - DB
5.1.90.05	BAIXA DE RECEITA - DB

Fonte: Relatório Pré-Balancete Setembro/2014 - SESC**Tabela 4: Contas de Receita**

1	RECEITAS CORRENTES
1.2	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES
1.2.10	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
1.2.10.35	CONTRIBUIÇÕES E ADICIONAIS PARA O SESC
1.2.10.35.01	CONTRIBUIÇÕES PARA O SESC
1.2.10.35.01.00	OUTROS MATERIAIS/SERVIÇOS
1.3	RECEITA PATRIMONIAL
1.3.10	RECEITAS IMOBILIÁRIAS
1.3.10.11	ALUGUÉIS
1.3.10.11.00	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS
1.3.10.12	ARRENDAMENTOS
1.3.10.12.01	OUTROS MATERIAIS/SERVIÇOS
1.3.10.15	TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS
1.3.10.15.00	OUTROS MATERIAIS/SERVIÇOS
1.3.20	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS
1.3.20.21	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA
1.3.20.21.00	OUTROS MATERIAIS/SERVIÇOS
1.6	RECEITAS DE SERVIÇOS
1.6.10	RECEITA OPERACIONAL
1.6.10.05	SERVIÇOS DE SAÚDE
1.6.10.05.00	OUTROS MATERIAIS/SERVIÇOS
1.6.10.05.00	LANCHES PARA EDUCAÇÃO
1.6.10.05.00	ALIMENTAÇÃO/SOPA E PÃO
1.6.10.05.00	CESSIONÁRIOS
1.6.10.05.00	LANCHES/REFEIÇÕES PARA EVENTOS
1.6.10.05.00	ALIMENTAÇÃO/FUNCIONÁRIOS A SERVIÇO
1.6.10.16	SERVIÇOS EDUCACIONAIS
1.6.10.16.00	OUTROS MATERIAIS/SERVIÇOS
1.6.10.16.00	CESSIONÁRIOS
1.6.10.19	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS
1.6.10.19.00	OUTROS MATERIAIS/SERVIÇOS
1.6.10.19.00	CESSIONÁRIOS
1.6.10.99	OUTROS SERVIÇOS
1.6.10.99.00	OUTROS MATERIAIS/SERVIÇOS

Continua

Tabela 4: Contas de Receita*Continuação*

1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES
1.9.20	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
1.9.20.21	INDENIZAÇÕES
1.9.20.21.00	OUTROS MATERIAIS/SERVIÇOS
1.9.20.22	RESTITUIÇÕES
1.9.20.22.99	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS
1.9.20.22.99.00	OUTROS MATERIAIS/SERVIÇOS
1.9.20.22.99.00	PESSOAL-AVISO PRÉVIO
5	CONTAS DE RESULTADO PATRIMONIAL
5.1	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
5.1.20	MUTAÇÕES DE DESPESAS DE CAPITAL
5.1.20.03	OBRAS E AQUISIÇÃO DE BENS E TÍTULOS - CR
5.1.20.03.01	OBRAS E AQUISIÇÃO DE BENS E TÍTULOS - CR
5.1.30	MUTAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTES
5.1.30.11	INCORPORAÇÃO NO ATIVO PERMANENTE - CR
5.1.30.11.01	INCORPORAÇÃO NO ATIVO PERMANENTE-CR
5.1.90	OUTRAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
5.1.90.11	BAIXA NO PASSIVO FINANCEIRO - CR
5.1.90.11.01	BAIXA NO PASSIVO FINANCEIRO-CR
5.1.90.13	INCORPORAÇÃO NO ATIVO FINANCEIRO - CR
5.1.90.13.00	INCORPORAÇÃO NO ATIVO FINANCEIRO - CR
5.1.90.15	BAIXA DE DESPESA - CR
5.1.90.15.01	BAIXA DE DESPESA-CR

Fonte: Relatório Pré-Balancete Setembro/2014 – SESC**4.3.2 – CÓDIGO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO – CODECO REVISADO**

Conforme a própria apresentação do novo CODECO assim define a sua reformulação e revisão era necessária já há algum tempo tendo em vista a evolução, em todos os níveis, do SESC, aliado aos atos do Governo Federal, que no decorrer dos anos introduziu mudanças no plano de contas contábil, impondo ajustes necessários de contas de Receitas e Despesas do SESC que são adequados da contas utilizadas pelo serviço público.

Em 2010, considerando a necessidade de promover a convergência das práticas contábeis vigentes nos setores privados e públicos brasileiros com as normas internacionais de contabilidade, o CODECO passou por uma detalhada

revisão com o propósito de alinhar suas normas financeiras e seu plano de contas às diretrizes a serem observadas nos novos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

A Resolução 1.245/2012 do Conselho Nacional do Comércio que aprovou o novo CODECO considerando em seu texto a necessidade de reformulação do Código em vigência gerada a partir das mudanças propostas pelas Resoluções nº 1.128 e 1.137 do Conselho Federal de Contabilidade com a implantação de novos procedimentos e práticas de divulgação das demonstrações contábeis, convergindo-as às Normas Internacionais de Contabilidade. Além disso, consta em seu texto que esta proposta de reformulação do CODECO apresentada pelo Departamento Nacional foi submetida a todos os Departamentos Regionais, tendo sido objeto de estudo, análise, contribuições e sugestões e aprovado por consenso. Esta resolução passou a ter seus efeitos aplicados a partir do exercício de 2013.

Ocorre que não houve uma obrigatoriedade a todos os Departamentos Regionais a implantação do novo CODECO, o Departamento Regional do Paraná aguarda a implantação de um novo software de processamento eletrônico de dados na contabilidade para assim fazer a adequação ao novo Codeco. Enquanto isso, este estudo levantará quais as novidades trazidas pelo novo Código, a começar, antes mesmo de apresentar o novo elenco de contas, segue abaixo a nova estrutura do CODECO:

- 1 – Ativo;
- 2 – Passivo;
- 3 – Variação Patrimonial Diminutiva;
- 4 – Variação Patrimonial Aumentativa;
- 5 – Despesa;
- 6 – Receita;

4.3.2.a) Contas Patrimoniais

Tabela 5: Contas do Ativo no novo CODECO

1.	ATIVO
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	DISPONÍVEL
1.1.1.1	DISPONIBILIDADES EFETIVAS
1.1.1.1.1	CAIXA
1.1.1.1.2	BANCOS-C/MOVIMENTO
1.1.1.1.3	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
1.1.1.3	DISPONIBILIDADES EM TRÂNSITO
1.1.2	REALIZÁVEL A CURTO PRAZO
1.1.2.1	RECEITAS A RECEBER
1.1.2.12	AN-C/ARRECADAÇÃO DO INSS
1.1.2.1.6	RECEITAS DE SERVIÇOS A RECEBER
1.1.2.1.6.01	CHEQUES A APRESENTAR
1.1.2.1.6.02	FINANCIAMENTO DENTÁRIO
1.1.2.1.6.03	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS
1.1.2.1.6.04	PARCERIA COM EMPRESAS
1.1.2.1.6.05	CONVÊNIO ODONTOLÓGICO
1.1.2.1.6.07	ADMINISTRADORAS DE CARTÕES
1.1.2.1.6.08	RECEITAS A RECEBER EDUCAÇÃO INFANTIL
1.1.2.1.6.09	RECEITAS A RECEBER EJA (SUPLETIVO)
1.1.2.1.6.10	VALE REFEIÇÃO
1.1.2.1.6.1.1	RECEITAS A RECEBER IDIOMAS
1.1.2.1.6.29	PROTESTO EJA
1.1.2.1.6.31	PROTESTO IDIOMAS
1.1.2.1.6.50	SESC BRUSQUE
1.1.2.2	DÉBITOS DA ADMINISTRAÇÃO NACIONAL
1.1.2.2.1	AN-C/MOVIMENTO
1.1.2.2.2	AN-C/APLICAÇÃO EM PROJETOS ESPECIAIS
1.1.2.2.9	OUTROS DÉBITOS DA AN
1.1.2.3	DÉBITOS DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
1.1.2.3.4	DÉBITOS ENTRE REGIONAIS
1.1.2.4	DÉBITOS CONTRATUAIS
1.1.2.4.1	APLICAÇÕES POR CONVÊNIOS
1.1.2.4.9	OUTROS DÉBITOS CONTRATUAIS
1.1.2.5	DEVEDORES POR ADIANTAMENTOS
1.1.2.5.1	ADIANTAMENTOS PARA FÉRIAS
1.1.2.5.2	ADIANTAMENTOS DE SALÁRIOS
1.1.2.5.2.01	SALÁRIOS
1.1.2.5.3	ADIANTAMENTOS DO 13 SALÁRIO
1.1.2.5.4	ADIANTAMENTOS PARA DESPESAS
1.1.2.5.4.01	TURISMO SOCIAL

Continua

Tabela 5: Contas do Ativo no novo CODECO

Continuação

1.1.2.5.4.02	FRANCISCO C T DA C SILVA
1.1.2.5.4.03	ADIANTAMENTO PARA DESPESAS DIVERSAS
1.1.2.5.9	OUTROS DEVEDORES POR ADIANTAMENTOS
1.1.2.6	VALORES MOBILIÁRIOS E DE CONSUMO
1.1.2.7	DÉBITOS DIVERSOS
1.1.2.7.1	DÉBITOS DE SERVIDORES
1.1.2.7.2	SALÁRIO FAMÍLIA
1.1.2.7.3	SALÁRIO MATERNIDADE
1.1.2.7.9	OUTROS DÉBITOS DIVERSOS
1.1.2.8	VALORES EM APURAÇÃO
1.1.2.8.1	VALORES EM TRANSIÇÃO
1.1.2.8.2	DEPÓSITOS EM GARANTIA
1.1.2.8.2.00	MILTON IASO ODA
1.1.2.8.2.01	AÇÕES CONTRA A RECEITA
1.1.2.8.9	OUTROS VALORES EM APURAÇÃO
1.1.2.9	DESPESAS ANTECIPADAS
1.1.2.9.2.1	PRÊMIOS DE SEGURO
1.1.2.9.2.2	ASSINATURAS DE PUBLICAÇÕES
1.1.2.9.2.3	DESPESAS CONTRATUAIS ANTECIPADAS
1.1.2.9.2.9	OUTRAS DESPESAS ANTECIPADAS
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE
1.2.1	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
1.2.1.1	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
1.2.1.1.1	AN-C/EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
1.2.1.1.2	AA.RR.-C/EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
1.2.1.1.3	SERVIDORES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
1.2.1.1.9	OUTROS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
1.2.3	IMOBILIZADO
1.2.3.1	BENS MÓVEIS
1.2.3.1.1	EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EM GERAL
1.2.3.1.2	VEÍCULOS
1.2.3.1.3	BENS MÓVEIS DIVERSOS
1.2.3.1.4	BENS MÓVEIS PENDENTES DE CLASSIFICAÇÃO
1.2.3.1.9	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS
1.2.3.2	BENS MÓVEIS
1.2.3.2.1	TERRENOS
1.2.3.2.2	CONSTRUÇÕES EM CURSO
1.2.3.2.3	EDIFICAÇÕES
1.2.3.2.4	BENFEITORIAS
1.2.3.2.5	BENS IMÓVEIS PENDENTES DE CLASSIFICAÇÃO
1.2.3.2.9	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS

Continua

Tabela 5: Contas do Ativo no novo CODECO

Continuação

1.2.4	INTANGÍVEL
1.2.4.1	BENS INTANGÍVEIS
1.2.4.1.1	SOFTWARES
7.	ATOS POTENCIAIS
7.1	ATOS POTENCIAIS
7.1.1	ATOS POTENCIAIS ATIVOS
7.1.1.1	ATOS POTENCIAIS ATIVOS
7.1.1.1.1	SEGUROS CONTRATADOS
7.1.1.1.2	DEMANDAS JUDICIAIS
7.1.1.1.3	BENS EM COMODATO CEDIDOS
7.1.1.1.4	CONTRATOS
7.1.1.1.5	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS
7.1.2.1	CONTRAPARTIDA DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS
7.2	CONTROLES DEVEDORES
7.2.1	CONTROLES DEVEDORES
7.2.1.1	CONTROLES DEVEDORES

Fonte: Resolução 1.245/2012 – Instituiu o Código de Contabilidade e Orçamento revisado

Tabela 6: Contas do Passivo no novo CODECO

2.	PASSIVO
2.1	PASSIVO CIRCULANTE
2.1.1	EXIGÍVEL IMEDIATO
2.1.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
2.1.1.1.1	SALÁRIOS A PAGAR
2.1.1.1.2	RETENÇÃO E OBRIGAÇÕES A RECOLHER
2.1.1.1.2.01	INSS
2.1.1.1.2.02	INSS AUTÔNOMOS
2.1.1.1.2.04	FGTS
2.1.1.1.2.105	IR ASSALARIADO
2.1.1.1.2.06	IR AUTÔNOMOS
2.1.1.1.2.07	PIS
2.1.1.1.3	CRÉDITOS DIVERSOS DE SERVIDORES
2.1.1.1.4	PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO
2.1.1.1.4.01	INSS SOBRE PROVISÃO DE FÉRIAS
2.1.1.1.4.02	FGTS SOBRE PROVISÃO DE FÉRIAS
2.1.1.1.4.03	PIS SOBRE PROVISÃO DE FÉRIAS
2.1.1.1.5	PROVISÃO DE 13º SALÁRIO
2.1.1.1.5.01	INSS SOBRE PROVISÃO DE 13º SALÁRIO

Continua

Tabela 6: Contas do Passivo no novo CODECO*Continuação*

2.1.1.1.5.02	FGTS SOBRE PROVISÃO DE 13º
2.1.1.1.5.03	PIS SOBRE PROVISÃO 13º
2.1.1.1.6	OUTRAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
2.1.1.1.6.01	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
2.1.1.2	RETENÇÕES E OBRIGAÇÕES FISCAIS
2.1.1.1.2.02	INSS COOPERATIVA 15%
2.1.1.1.2.03	INSS PESSOA JURÍDICA 11%
2.1.1.1.2.05	ISS
2.1.1.1.2.06	IR PESSOA JURÍDICA
2.1.1.1.2.08	IR COOPERATIVAS
2.1.1.1.2.10	ISS JURÍDICA
2.1.1.1.2.1.2	IR ALUGUÉIS
2.1.1.1.4.17	COFINS-CSLL-PIS/PASEP
2.1.1.3	CRÉDITOS A LIQUIDAR
2.1.1.3.1	CONTA A PAGAR
2.1.1.3.3	OUTROS CRÉDITOS POR PROVISÃO
2.1.1.3.6	OUTROS CRÉDITOS A LIQUIDAR
2.1.1.3.6.01	SUL AMÉRICA SEGUROS - FOLHA
2.1.1.3.6.02	PENSÃO ALIMENTÍCIA - FOLHA
2.1.1.3.6.03	EMPRÉSTIMO CEF - SERVIDORES FOLHA
2.1.1.3.6.04	ASSESF
2.1.1.3.6.05	EMPRÉSTIMO EM FOLHA - SINCOURED
2.1.1.3.6.06	EMPRESTIMO EM FOLHA - SICREDI
2.1.1.3.6.07	CESSIONÁRIOS
2.1.1.3.6.08	CREDITOS DE TERCEIROS
2.1.1.3.6.09	GRUPOS ARTÍSTICOS
2.1.1.3.6.10	LIVROS EM CONSIGNAÇÃO
2.1.1.3.6.11	CRÉDITOS DE CONSUMOS
2.1.1.3.6.11.0001	CAIOBÁ CENTRO DE TURISMO E LAZER A
2.1.2	EXIGÍVEL MEDIATO
2.1.2.1	CRÉDITOS SOBRE A ARRECADAÇÃO
2.1.2.2	AA.RR. - C/ ARRECADAÇÃO COMPULSÓRIA
2.1.2.3	NA - C/ARRECADAÇÃO COMPULSÓRIA
2.1.2.2	CRÉDITOS DA ADMINISTRAÇÃO NACIONAL
2.1.2.2.1	AN - C/MOVIMENTO
2.1.2.2.2	AN - C/ADIANTAMENTO PARA PROJETOS ESPECIAIS
2.1.2.2.2.00	AN PROJETOS ESPECIAIS BOLSA DE ESTÁGIO
2.1.2.2.3	AN-C/ADIANTAMENTO PARA INVESTIMENTOS
2.1.2.2.9	OUTROS CRÉDITOS DA AN
2.1.2.2.9.05	PROJETO MESA BRASIL
2.1.2.3	CRÉDITOS DAS ADM. REGIONAIS

Continua

Tabela 6: Contas do Passivo no novo CODECO*Continuação*

2.1.2.3.1	AA.RR. - C/MOVIMENTO
2.1.2.3.2	AN-C/APLICAÇÕES PARA PROJETOS ESPECIAIS
2.1.2.3.3	AN-C/APLICAÇÕES PARA INVESTIMENTOS
2.1.2.3.4	CRÉDITOS ENTRE REGIONAIS
2.1.2.4.9	OUTROS CRÉDITOS DAS AA.RR
2.1.2.4	CRÉDITOS CONTRATUAIS
2.1.2.4.1	OBRIGAÇÕES POR CONVÊNIO
2.1.2.4.1.01	CONVÊNIO ODONTOLÓGICO
2.1.2.4.2	OBRIGAÇÕES POR CONTRATOS
2.1.2.4.9	OUTROS CRÉDITOS CONTRATUAIS
2.1.2.7	FUNDO DE BENEFICÊNCIA DOS SERVIDORES
2.1.2.7.1	CONTRIBUIÇÕES DA ENTIDADE
2.1.2.7.2	ACRÉSCIMOS MONETÁRIOS
2.1.2.7.3	OUTROS VALORES DO FUNDO DE BENEFICÊNCIA
2.1.2.8	VALORES EM APURAÇÃO
2.1.2.8.1	VALORES EM TRANSIÇÃO
2.1.2.8.1.07	VALORES EM TRANSIÇÃO - TURISMO SOCIAL
2.1.2.8.9	OUTROS VALORES EM APURAÇÃO
2.1.2.8.9.01	PRÓTESE UNIDADES
2.1.2.8.9.01.0001	ODONTOLOGIA
2.1.2.8.9.13	CTO - CONSTRUTORA TÉCNICA DE OBRAS CIVIS LTDA.
2.1.2.8.9.17	APURAÇÃO DE LANÇAMENTOS
2.1.2.8.9.17.0001	ESQUINA
2.1.2.8.9.18	DÉBITOS FISCAIS
2.1.2.8.9.18.0001	ISS PREFEITURA PONTA GROSSA/PIRAMIDE
2.1.2.9	RECEITAS ANTECIPADAS
2.1.2.9.1	RECEITAS RECEBIDAS A APROPRIAR
2.1.2.9.50	EXCURSOES A REALIZAR
2.1.2.9.50.0012	TUR. GRAMADO/SERRA GAUCHA 08/11 a 15/11/14
2.1.2.9.2	OUTRAS RECEITAS ANTECIPADAS
2.1.2.9.2.02	RECEITAS A REALIZAR
2.1.2.9.2.02.0005	SESC CAIOBÁ - DIÁRIAS
2.1.2.9.2.02.0006	ADIANTAMENTOS GRUPOS CAIOBÁ- EVENTOS
2.1.2.9.2.02.0007	RESERVA CAIOBÁ A CONFIRMAR STS
2.2	PASSIVO CIRCULANTE
2.2.1	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
2.2.1.1	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
2.2.1.1.1	AN - C/MOVIMENTO EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
2.2.1.1.2	AA.RR. - C/EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
2.2.1.1.9	OUTROS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
2.2.1.3	CRÉDITOS DIVERSOS
2.2.1.3.1	CRÉDITOS DIVERSOS

Continua

Tabela 6: Contas do Passivo no novo CODECO*Continuação*

2.3	PATRIMONIO LÍQUIDO
2.3.1	PATRIMONIO LÍQUIDO
2.3.1.1	PATRIMONIO LÍQUIDO
2.3.1.1.1	SUPERÁVITS/DÉFICITS ACUMULADOS
2.3.1.1.2	SUPERÁVITS/DÉFICITS DO EXERCÍCIO

Fonte: Resolução 1.245/2012 – Instituiu o Código de Contabilidade e Orçamento revisado

4.3.2.b) Contas de Resultado**Tabela 7: Variação Patrimonial Diminutiva**

3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.1.1	REMUNERAÇÕES A PESSOAL
3.1.1.1	REMUNERAÇÕES A PESSOAL
3.1.1.1.1.	REMUNERAÇÕES A PESSOAL
3.1.1.1.1.00	PESSOAL - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO
3.1.1.1.2.00	PESSOAL - FÉRIAS
3.1.1.1.3.00	PESSOAL - SALÁRIOS
3.1.2	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
3.1.2.1	ENCARGOS PATRONAIS
3.1.2.1.1	ENCARGOS PATRONAIS
3.1.2.1.1.01	ENCARGOS FGTS/INSS/PIS
3.1.2.1.1.02	PESSOAL-AÇÃO TRABALHISTA OU AÇÃO CIVIL
3.1.2.1.3.03	EXAMES PERIÓDICOS / ADMISSIONAL
3.1.3	BENEFÍCIOS A PESSOAL
3.1.3.1	BENEFÍCIOS A PESSOAL
3.1.3.1.1	BENEFÍCIOS A PESSOAL
3.1.3.1.1	DIÁRIA DE VIAGEM
3.1.3.1.1.01	PESSOAL-HORAS EXTRAS
3.1.3.1.1.02	ABONO APOSENTADORIA
3.1.3.1.1.03	PESSOAL-AVISO PRÉVIO
3.1.3.1.1.04	LICENÇA PRÊMIO
3.1.3.1.1.05	AUXÍLIO CRECHE
3.1.3.1.1.06	AUXÍLIO FUNERAL
3.1.3.1.1.07	AUXÍLIO REABILITAÇÃO
3.1.3.1.1.08	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA
3.1.3.1.1.09	DIÁRIA DE VIAGEM-FINAL DE SEMANA
3.1.3.1.1.10	BENEFICIO TEMPORADA DE FÉRIAS

Continua

Tabela 7: Variação Patrimonial Diminutiva*Continuação*

3.1.9	OUTRAS VPD'S - PESSOAL E ENCARGOS
3.1.9.1	OUTRAS VPD'S - PESSOAL E ENCARGOS
3.1.9.1.1	OUTRAS VPD'S - PESSOAL E ENCARGOS
3.3	USO DE BENS E SERVIÇOS
3.3.1	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.1.1	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.1.1.1	MATERIAL DE CONSUMO
3.3.1.1.1.01	MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO VEÍCULOS-PEÇAS/MÃO
3.3.1.1.1.02	GÁS
3.3.1.1.1.09	BEBIDAS
3.3.2	SERVIÇOS
3.3.2.1	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF
3.3.2.1.1	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF
3.3.2.1.1.01	ANIMADOR / LOCUTOR EM EVENTOS
3.3.2.1.1.02	CARRO DE SOM
3.3.2.1.1.03	MONTAGEM DE ESTRUTURA PARA EVENTOS
3.3.2.1.1.04	ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS (CURADORIA)
3.3.2.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ
3.3.2.2.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ
3.3.2.2.1.01	MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO VEÍCULOS-PEÇAS/MÃO
3.3.2.2.1.02	LANCHES PARA EDUCAÇÃO
3.3.2.2.1.03	ALIMENTAÇÃO/SOPA E PÃO
3.4	FINANCEIRAS
3.4.9	OUTRAS VPD'S - FINANCEIRAS
3.4.9.1	OUTRAS VPD'S - FINANCEIRAS
3.4.9.1.1	OUTRAS VPD'S - FINANCEIRAS
3.5	TRANSFRÊNCIAS
3.5.3	TRANSFRÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS
3.5.3.1	TRANSFRÊNCIAS A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS - CONTRIB.
3.5.3.1.1	SUBVENÇÕES ORDINÁRIAS
3.5.3.1.2	SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS
3.5.3.1.3	CONTRIBUIÇÕES CONFEDERATIVAS E FEDERATIVAS
3.5.3.1.9	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES
3.5.3.2	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS - INVESTIMENTOS
3.5.3.2.1	SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS
3.5.3.2.2	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE
3.5.3.2.3	AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS
3.5.3.2.4	OBRAS E INSTALAÇÕES
3.5.3.3	OUTRAS TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS
3.5.3.3.1	OUTRAS TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS

Continua

Tabela 7: Variação Patrimonial Diminutiva*Continuação*

3.6	DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS
3.6.1	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO
3.6.1.1	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO
3.1.1.1.1	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO
3.6.2	DESVALORIZAÇÃO DE ATIVOS
3.6.1.1	DESVALORIZAÇÃO DE ATIVOS
3.1.1.1.1	DESVALORIZAÇÃO DE ATIVOS
3.6.3	PERDAS COM ALIENAÇÃO
3.6.3.1	PERDAS COM ALIENAÇÃO
3.6.3.1.1	DESVALORIZAÇÃO DE ATIVOS
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS
3.9.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS
3.9.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS
3.9.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS
3.9.9.1.2	DEMAIS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Fonte: Resolução 1.245/2012 – Instituiu o Código de Contabilidade e Orçamento revisado

Tabela 8: Variação Patrimonial Aumentativa

4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA
4.2	CONTRIBUIÇÕES
4.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
4.2.1.1	CONTRIBUIÇÃO PARA O SESC
4.2.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES PARA O SESC
4.2.1.2	ADICIONAL À CONTRIBUIÇÃO PARA O SESC
4.2.1.2.1	ADICIONAL À CONTRIBUIÇÃO PARA O SESC
4.3	SERVIÇOS
4.3.3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
4.3.3.1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
4.3.3.1.1	SERVIÇOS EDUCACIONAIS
4.3.3.1.2	SERVIÇOS DE SAÚDE
4.3.3.1.3	SERVIÇOS CULTURAIS
4.3.3.1.4	SERVIÇOS DE LAZER
4.3.3.1.9	OUTROS SERVIÇOS
4.3.3.2	OUTRAS VPA'S DE SERVIÇOS
4.3.3.2.1	OUTRAS VPA'S DE SERVIÇOS
4.4	FINANCEIRAS
4.4.5	REMUN. DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLIC. FINANCEIRAS
4.4.5.1	REMUN. DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLIC. FINANCEIRAS
4.4.5.1.1	REMUN. DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLIC. FINANCEIRAS

Continua

Tabela 8: Variação Patrimonial Aumentativa

Continuação

4.4.9	OUTRAS VPA'S - FINANCEIRAS
4.4.9.1	OUTRAS VPA'S - FINANCEIRAS
4.4.9.1.1	OUTRAS VPA'S - FINANCEIRAS
4.5	TRANSFERÊNCIAS
4.5.3	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS
4.5.3.1	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS
4.5.3.1.1	SUBVENÇÕES ORDINÁRIAS
4.5.3.1.2	SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS
4.5.3.1.9	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES
4.5.3.2	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS - INVESTIMENTOS
4.5.3.2.1	SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS
4.5.3.2.2	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
4.5.3.2.3	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
4.5.3.2.4	OBRAS E INSTALAÇÕES
4.5.3.3	OUTRAS TRANSF. DAS INST. PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS
4.5.3.3.1	OUTRAS TRANSF. DAS INST. PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS
4.5.4	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS FONTES
4.5.4.1	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS FONTES
4.5.4.1.1	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS FONTES
4.6	VALORIZAÇÃO E GANHOS DE ATIVOS
4.6.2	VALORIZAÇÃO DE ATIVOS
4.6.2.1	VALORIZAÇÃO DE ATIVOS
4.5.3.1.1	SUBVENÇÕES ORDINÁRIAS
4.6.3	GANHOS COM ALIENAÇÃO
4.6.3.1	GANHOS COM ALIENAÇÃO
4.6.3.1.1	GANHOS COM ALIENAÇÃO
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
4.9.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
4.9.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
4.9.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
4.9.9.1.2	DEMAISVARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Fonte: Resolução 1.245/2012 – Instituiu o Código de Contabilidade e Orçamento revisado

4.3.2.c) Contas de Controle Orçamentário

Tabela 9: Contas de Despesa

5	DESPESAS
5.1	DESPESAS CORRENTES
5.1.1	PESSOAL E ENCARGOS
5.1.1.1	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL
5.1.1.1.01	PESSOAL - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO
5.1.1.1.02	PESSOAL - FÉRIAS
5.1.1.1.03	PESSOAL - SALÁRIOS
5.1.1.2	ENCARGOS PATRONAIS
5.1.1.2.01	PESSOAL-VALE TRANSPORTE
5.1.1.2.02	ENCARGOS FGTS/INSS/PIS
5.1.1.2.03	PESSOAL-AÇÃO TRABALHISTA OU AÇÃO CIVIL
5.1.1.2.04	EXAMES PERIÓDICOS / ADMISSIONAL
5.1.1.3	BENEFÍCIOS À PESSOAL
5.1.1.3.01	DIÁRIA DE VIAGEM
5.1.1.3.02	PESSOAL-HORAS EXTRAS
5.1.1.3.03	ABONO APOSENTADORIA
5.1.1.3.04	PESSOAL-AVISO PRÉVIO
5.1.2	USO DE BENS E SERVIÇOS
5.1.2.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO
5.1.2.1.01	MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO VEÍCULOS-PEÇAS/MÃO
5.1.2.1.02	GÁS
5.1.2.1.04	UNIFORME E EQUIPAMENTO PROTEÇÃO INDIVIDUAL
5.1.2.1.05	COMBUSTÍVEL
5.1.2.2	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF
5.1.2.2.01	ANIMADOR / LOCUTOR EM EVENTOS
5.1.2.2.02	CARRO DE SOM
5.1.2.2.03	MONTAGEM DE ESTRUTURA PARA EVENTOS
5.1.2.2.04	ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS (CURADORIA)
5.1.2.3	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ
5.1.2.3.01	MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO VEÍCULOS-PEÇAS/MÃO
5.1.2.3.02	LANCHES PARA EDUCAÇÃO
5.1.2.3.03	ALIMENTAÇÃO/SOPA E PÃO
5.1.4	DESPESAS FINANCEIRAS
5.1.4.9	OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS
5.1.5	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS
5.1.5.1	SUBVENÇÕES ORDINÁRIAS
5.1.5.2	SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS
5.1.5.3	CONTRIBUIÇÕES CONFEDERATIVAS E FEDERATIVAS
5.1.5.4	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

Continua

Tabela 9: Contas de Despesa*Continuação*

5.1.6	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS
5.1.6.1	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS
5.1.9	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
5.1.9.1	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
5.2	DESPESAS DE CAPITAL
5.2.1	INVESTIMENTOS
5.2.1.1	EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EM GERAL
5.2.1.2	VEÍCULOS
5.2.1.4	CONSTRUÇÕES EM CURSO
5.2.1.5	BENFEITORIAS
5.2.1.9	OUTROS INVESTIMENTOS
5.2.2	INVERSÕES FINANCEIRAS
5.2.2.1	EMPRÉSTIMOS INTERDEPARTAMENTAIS
5.2.2.2	EMPRÉSTIMOS A SERVIDORES
5.2.2.3	TERRENOS
5.2.2.4	EDIFICAÇÕES
5.2.2.5	OUTRAS INVERSÕES FINANCEIRAS
5.2.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS - INVESTIMENTOS
5.2.3.1	SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS
5.2.3.2	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE
5.2.3.3	AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS
5.2.2.4	OBRAS E INSTALAÇÕES
5.2.9	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL
5.2.9.1	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL

Fonte: Resolução 1.245/2012 – Instituiu o Código de Contabilidade e Orçamento revisado

Tabela 10: Contas de Receita

6	RECEITAS
6.1	RECEITAS CORRENTES
6.1.1	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
6.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES PARA O SESC
6.1.1.2	ADICIONAL À CONTRIBUIÇÃO PARA O SESC
6.1.2	RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
6.1.2.1	SERVIÇOS EDUCACIONAIS
6.1.2.2	SERVIÇOS DE SAÚDE
6.1.2.3	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS
6.1.2.4	SERVIÇOS DE LAZER
6.1.2.5	OUTROS SERVIÇOS

Continua

Tabela 10: Contas de Receita*Continuação*

6.1.3	RECEITAS DE OUTROS SERVIÇOS
6.1.3.1	RECEITAS DE OUTROS SERVIÇOS
6.1.4	RECEITAS FINANCEIRAS
6.1.4.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO E APLIC. FINANCEIRAS
6.1.4.9	OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS
6.1.5	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS
6.1.5.1	SUBVENÇÕES ORDINÁRIAS
6.1.5.2	SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS
6.1.5.4	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES
6.1.6	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E S/FINS LUCRATIVOS
6.1.6.1	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E S/FINS LUCRATIVOS
6.1.7	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS FONTES
6.1.7.1	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS FONTES
6.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES
6.1.9.1	OUTRAS RECEITAS CORRENTES
6.2	RECEITAS DE CAPITAL
6.2.2	OPERAÇÕES DE CRÉDITO
6.2.2.1	EMPRÉSTIMOS INTERDEPARTAMENTAIS
6.2.2.9	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
6.2.3	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS - INVESTIMENTOS
6.2.3.1	SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS
6.2.3.2	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES
6.2.3.3	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
6.2.3.4	OBRAS E INSTALAÇÕES
6.2.9	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL
6.2.9.1	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

Fonte: Resolução 1.245/2012 – Instituiu o Código de Contabilidade e Orçamento revisado

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

A revisão do Código de Contabilidade e Orçamento – CODECO do SESC/PR trouxe novidades no plano de contas, ao considerar a necessidade de readequar o elenco de suas contas segundo as disposições determinadas pelo Conselho Federal de Contabilidade verificou-se a inserção de contas e a reorganização de alguns grupos que compõe as contas patrimoniais e as de resultado, ou orçamentárias.

O que primeiramente percebe-se é a divisão e reorganização dos grupos que compõe as contas patrimoniais de ativo e passivo. A começar pelo grupo que registra os bens e direitos da entidade o novo CODECO trouxe o Ativo dividido em Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, o que não havia anteriormente e é uma das mudanças trazidas pela Lei 11.638/07 em virtude da internacionalização das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Com essa nova divisão algumas contas passaram por uma reclassificação, como por exemplo, a conta débito de servidores, valores em apuração, empréstimos descontados em folha, despesas antecipadas, softwares. Além dessas outra conta muito importante, redutora de ativo, passou a existir no ativo da Entidade, a conta de depreciação acumulada. O grupo Ativo Compensado passou a ter outra denominação sendo chamado de Atos Potenciais, no entanto manteve basicamente a mesma estrutura de contas contábeis do antigo CODECO.

A conta débito de servidores é destinada ao registro de eventuais débitos de servidores a serem ressarcidos à Entidade e que não caracterizem efetivo empréstimo financeiro, assim define o CODECO. Dessa forma é mais adequado compreender sua reclassificação, uma vez que são débitos que seus titulares não demoram a ressarcir o SESC, como exemplo, débitos de serviço de telefonemas, serviços de cópia, ou multas por pagamentos indevidos.

A conta de valores em apuração, também passou a figurar no grupo Ativo Circulante, pois trata-se de uma conta em que são registrados valores pendentes de classificação assim que forem destinados a uma conta definitiva, logo, os lançamentos feitos nesta conta dificilmente permanecem dois ou mais meses ali registrados.

Com relação a conta de empréstimo concedido a funcionários e descontado em folha de pagamento, este passa a constar no ativo não circulante por ser destinado ao registro de valores concedidos aos servidores, e cuja expectativa de recebimento não é imediata.

Já a conta despesas antecipadas também passou a compor o grupo do Ativo Circulante, pois o CODECO define que esta conta será destinada à contabilização das despesas diferidas mensal ou totalmente para o exercício seguinte, relativas ao pagamento de contratos típicos do título.

No grupo Imobilizado houve a reclassificação dos subgrupos Bens Imóveis e Bens Móveis, considerando a classificação trazida pela teoria contábil em que as contas do Ativo devem ser ordenadas de forma decrescente conforme o grau de liquidez. Também houve a inclusão da conta bens intangíveis que contabiliza as marcas, patentes e demais bens incorpóreos das empresas, esta foi segregada da conta de imobilizado, separação esta trazida pela Lei 11.638/07. Desta forma o novo CODECO reclassificou a conta de Softwares para este grupo de Bens intangíveis no Ativo Não Circulante.

Ganha destaque a inclusão da conta de depreciação acumulada, pois até então os bens móveis e imóveis do SESC/PR não estavam tendo seus valores ajustados pelo desgaste sofrido pelo tempo e outros agentes. Essa conta é definida pelo CODECO como sendo uma conta redutora do Ativo em que serão registradas, de forma sintética, as depreciações por desgaste, perda de utilidade pelo uso, ação da natureza ou obsolescência. Esta conta será individualizada por tipo de item que compõe o grupo de Bens Móveis e o grupo de Bens Imóveis.

Com relação às contas do Passivo verificou-se que os dois principais grupos foram renomeados, semelhantemente ao Ativo, para Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido.

O Passivo Circulante foi reorganizado e dividido em subgrupos conforme a natureza de cada obrigação, por exemplo, as contas que recebem registros de obrigações de folha de pagamento estão todas compiladas no grupo Obrigações Trabalhistas. Da mesma forma as contas que registram as obrigações fiscais, àquelas a que o SESC está sujeito perante o fisco municipal e federal e como responsável substituto, estão todas reunidas no grupo Retenções e Obrigações Fiscais. No antigo CODECO as obrigações trabalhistas estavam relacionadas

juntamente com as obrigações fiscais, o que impedia uma leitura mais clara dos valores que importava cada tipo de obrigação, a segregação trazida pelo novo CODECO facilitou essa visualização. No grupo Créditos a Liquidar ficaram as demais contas que registram as obrigações para com terceiros, como fornecedores, cessionários, livros em consignação.

As contas Valores em Apuração e Receitas Antecipadas que antes figuravam no grupo Passivo Mediato dentro do Passivo Transitório no Novo CODECO estão compondo o grupo do Ativo Circulante, pois registram lançamentos cuja realização acontecerá até o término do próximo exercício social da entidade.

O grupo Passivo transitório passou a ser denominado Passivo Não Circulante e está destinado ao registro de créditos relativos a empréstimos financeiros obtidos junto a Administração Nacional, e também para registro de créditos recebido por outras fontes, desde que autorizado expressamente pelo Conselho Nacional do Comércio.

No antigo CODECO havia o grupo Passivo Permanente e neste estava inclusa a conta Patrimônio Líquido, após a revisão do Código esta conta foi segregada e nela constarão os registros das contas Superávits/Déficits Financeiros, conta esta que representa, em última análise, a situação líquida patrimonial da Entidade. É para esta conta serão convertidos resultados líquidos positivos e negativos das operações correntes do Exercício, refletindo assim, um aumento ou diminuição do Patrimônio Líquido. Já a conta Superávit/Déficit do Exercício é destinada ao registro do resultado do exercício mediante o encerramento das contas de Variação Patrimoniais.

O Passivo Compensado passou para a denominação Atos Potenciais Passivos conservando as mesmas contas contábeis como as de Seguros Contratados, Demandas Judiciais e os Bens em Comodatos Recebidos.

Para as contas de resultado o Novo CODECO trouxe uma nova nomenclatura: Variações Patrimoniais Aumentativas para contas que refletem aumento de resultado, e Variações Patrimoniais Diminutivas para as que reduzem o resultado econômico da Entidade. As contas dos grupos Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas não sofreram modificações consideráveis quanto a estrutura e quanto as contas, as VPA registram as receitas obtidas pela entidade, àquelas recebidas a título de contribuição ou receita compulsória, e as receitas

oriundas das atividades desenvolvidas, além dessas possui contas que expressam as demais situações que trazem reflexos positivos para o patrimônio da Entidade. Já as VPD expressam às contas de despesas, as despesas administrativas, as despesas realizadas com cada uma das atividades e com a revisão do CODECO agora haverá o reconhecimento da despesa com depreciação e amortização que serão contabilizadas conforme determina as normas de contabilidade.

Por fim, o grupo das contas de receita e despesa orçamentárias, cuja função é auxiliar no controle orçamentário, a fim de possibilitar o monitoramento das despesas e das receitas auferidas com as expectativas de realização e execução traçados para o exercício financeiro.

5.CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O plano de contas tem um papel fundamental na execução da contabilidade, fazendo uma analogia com o corpo humano, é considerado a coluna cervical enquanto que as contas ativas e passivas são os demais membros, essências à composição do Patrimônio das empresas. E para as entidades sem fins lucrativos não é diferente, considerando o papel social que realizam junto a sociedade. O Serviço Social do Comércio possui seu próprio Código de Contabilidade e Orçamento, instrumento que está em constante revisão pois é considerado peça relevante no rol de normas dessa entidade.

Após demonstrar os dois planos de contas utilizados pela entidade SESC/PR foi possível identificar as modificações trazidas pela atualização do CODECO. Observou-se a melhor organização das contas contábeis facilitando o entendimento por parte dos usuários da informação contábil, uma vez que dessa forma está mais próxima ao modelo padronizado utilizado pelas empresas privadas com relação a denominação dos grupos em dois grande grupos principais Circulante e Não circulante, tanto para contas do Ativo quanto as do Passivo. Alterações trazidas pelas convergências das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais. Além disso, algumas contas foram reclassificadas de acordo com sua natureza, e considerando as características dos grupos em que foram realocadas.

Observou-se que o CODECO revisado reorganizou o plano de contas em um modelo que vai ao encontro da estrutura sugerida por Olak e col.(2012) já citada anteriormente. Esta é uma constatação muito positiva, pois a sua revisão buscou readequar o plano de contas de forma que pudesse refletir de forma clara as informações sociais que prestam as entidades do terceiro setor. Os resultados que as entidades do terceiro setor priorizam em demonstrar é com relação a números que demonstram os reflexos sociais alcançados em suas atividades, ao invés de resultados econômicos como as demais empresas do mercado.

Além disso, evidenciou-se que os grupos das contas patrimoniais foram reclassificados levando em consideração a natureza das contas, seu grau de liquidez

ou exigibilidade, padronizando os demonstrativos contábeis e facilitando a leitura das informações contidas neles. Assim como é interessante destacar a inclusão da conta depreciação, onde será possível demonstrar e levar a resultado o desgaste dos bens que até então não era evidenciado.

Um dos objetivos deste trabalho seria a visualização da aplicabilidade do Novo CODECO no SESC/PR, só que a sua adoção depende da implantação do ERP – *Enterprise Resource Planning*, que está sendo desenvolvido pelo Departamento Nacional denominado Sistema de Gestão SESC – SGS, para a integração de dados das áreas de Contabilidade, Financeira, Planejamentos, Orçamento, Logística e Patrimônio da Entidade. No entanto, a Resolução nº 1.291 de 04 de Novembro de 2014 veio informar que o SGS encontra-se em fase final de desenvolvimento e que sua implantação ocorrerá de forma escalonada ao longo dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 no Departamento Nacional e posteriormente nos Departamentos Regionais.

A referida norma também alterou a redação do artigo 3º da Resolução 1.245/2012 ampliando o prazo para vigência e aplicação do novo CODECO de forma facultativa para 2015 e obrigatória para o ano de 2018. Logo, para este trabalho não será possível o alcance deste objetivo, pois segundo posição do Departamento Contábil o Novo CODECO somente será implantado com o novo Sistema de Gestão do SESC. Dessa forma, sugere-se como tema para futuros estudos o acompanhamento dos processos necessários a migração de dados do antigo CODECO para o novo CODECO juntamente com o no Sistema de Gestão.

O plano de contas utilizado pelo SESC, por ser um plano específico desta entidade abre espaço para uma série de análises, não somente sobre a sua estrutura, mas inclusive é possível lançar um olhar mais analítico sobre o aspecto sua estrutura orçamentária, os indicadores utilizados para medir o desempenho de sua atuação, e até mesmo uma análise de índices financeiros comparando com as demais entidades do Sistema S, como por exemplo, Senac, Sesi e Senat.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios**. Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 28 Nov. 2014.

BRASIL. **Senado Federal**. Sistema S. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 29 Jan. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto nº 20.068 de 30 de novembro de 1945. **Reconhece a Federação Nacional do Comércio**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20068-30-novembro-1945-480483-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 Jan. 2015.

CARVALHO, Maria Cecília Meringoni de. Metodologia Científica, Fundamentos e Técnicas: Construindo o Saber. 12 Ed. Campinas: Papirus, 2002.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatórios Contábil-Financeiro**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80> Acesso em: 21 Nov. 2014.

CONSEELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wordpress/uploads/2012/12/NBC_TSP_1_audiencia.pdf>. Acesso em: 22 Nov. 2014

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC ITG 2002 – Entidades Sem Fins Lucrativos**. Disponível em:< http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001409> Acesso em: 22 Nov. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TE – Entidades Sem Fins Lucrativos**. Disponível em: < <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/Entidadessemfinalidadedelucro.pdf>> Acesso em: 22 Jan. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 26 – Entidades Sem Fins Lucrativos**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001185 > Acesso em: 24 Jan. 2015.

DUARTE, Teresa. **A Possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)**. Centro de Investigação em Sociologia. Lisboa. 2009. Disponível em:<http://www.cies.iscte.pt_destaquas_documents_CIES-WP60_Duarte_003>. Acesso em 21 jul. 2014.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5 Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANÃS, Antonio Vico; MEDEIROS, E.E. Terceiro Setor: Um Estudo sobre a Importância no Processo de Desenvolvimento Sócio-Econômico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 2, n. 2, p. 15-29, 2012. Acesso em: 23 Nov. 2014.

MÁRIO, P. C.; ALVES, A. D. F.; CARMO, J. P. S.; SILVA, A. P. B.; JUPETIPE, F. K. N. A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do terceiro setor. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 8, n. 1, p. 64-79, 2013.

MARION, José Carlos; YAMADA, Walter Nobuyuki. **Contabilidade Geral para Concurso Público**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2013.

MENDONÇA, Luciana Rocha de; MACHADO FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro. Governança nas Organizações do Terceiro Setor : Considerações Teóricas. **Revista de Administração**, v. 39, n.4, p. 302-308, 2004. Acesso em: 21 Nov. 2014.

MOURA, P. A. A.; LIMA, D. V.; FERREIRA, L. O. G. Plano de contas e convergência aos padrões internacionais: estudo comparativo entre as propostas dos governos brasileiro e espanhol. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 1, p. 3-16, 2012.

NEVES JUNIOR, Idalberto José das; LINS, Aline. A Contribuição do Contador para a Gestão das Empresas do Terceiro Setor – Uma Pesquisa de Campo no Distrito Federal. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 9, n. 23, p. 28-41, 2007. Acesso em: 15 Out. 2014.

OLAK, P. A.; SLOMSKI, V.; CRUZ, C. V. O. A. As publicações acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das organizações do Terceiro Setor. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 2, n. 1, p. 24-46, 2008.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para Entidades sem Fins Lucrativos – Terceiro Setor**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Nelson Figueiredo de. **A Imunidade Tributária das Instituições de Assistência social**. 71 f. Monografia (Pós-Graduação). Centro de Atualização em Direito, Universidade Gama Filho, Belo Horizonte, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: Um enfoque em Sistema Informação Contábil**. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PIZA, S. C. T.; PARISI, C.; MEGLIORINI, E.; GALLO, M. F. A aderência das práticas contábeis das entidades do terceiro setor às normas brasileiras de contabilidade: um estudo multicase de entidades do município de São Paulo-SP. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 3, p. 78-97, 2012. Acesso em: 14 Dez. 2014.

RAMOS, F. D. N.; FERNANDES, R. M.; NASCIMENTO, S. A.; ABREU, S. M. O plano de contas contábil como indutor da transparência e instrumento para a tomada de decisões. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 14, n. ed. especial, p. 145-160, 2003.

SANTOS, Cleston Alexandre dos. **Práticas de Contabilidade das Organizações Sem Fins Lucrativos de Curitiba**. 113 f. Dissertação (Mestrado) – PPG em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, 2010.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Administração Regional no Estado do Paraná Relatório de Gestão 2013** / Administração Regional no Estado do Paraná. – Curitiba: SESC PR, 2013 94 p. Disponível em: < http://www.sescpr.com.br/wp-content/uploads/2014/08/relatorio_2013.pdf>. Acesso em: 29 Jan. 2015.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Decreto - Lei nº 9.853 de 13 de setembro de 1946. **Atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio e dá outras providências**. Sesc. Disponível em: < <http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/2edea692-cfe4-4ea5-ad5a-db0e8dae452e/Legisla%C3%A7%C3%A3o+do+Sesc+2012.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=2edea692-cfe4-4ea5-ad5a-db0e8dae452e>>. Acesso em: 25 Jan. 2015.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Decreto nº 61.836 de 5 de dezembro de 1967. **Aprova o Regulamento do Serviço Social do Comércio (Sesc) e dá outras providências**. Sesc. Disponível em: < <http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/2edea692-cfe4-4ea5-ad5a-db0e8dae452e/Legisla%C3%A7%C3%A3o+do+Sesc+2012.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=2edea692-cfe4-4ea5-ad5a-db0e8dae452e>>. Acesso em: 26 Jan. 2015.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Resolução nº 1.245 de 17 de fevereiro de 2012. **Aprova o Código de Contabilidade e Orçamento**. Sesc. Disponível em: < <http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/2edea692-cfe4-4ea5-ad5a-db0e8dae452e/Legisla%C3%A7%C3%A3o+do+Sesc+2012.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=2edea692-cfe4-4ea5-ad5a-db0e8dae452e>>. Acesso em: 06 Fev. 2015.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Resolução nº 1.291 de 04 de Novembro de 2014. **Altera a vigência das Resoluções Sesc nº1.245 e 1.246/2012**. Sesc. Disponível em: < <http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/2edea692-cfe4-4ea5-ad5a-b0e8dae452e/Legisla%C3%A7%C3%A3o+do+Sesc+2012.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=2edea692-cfe4-4ea5-ad5a-db0e8dae452e>>. Acesso em: 10 Fev. 2015.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Resolução nº 380 de 6 de dezembro de 1978. **Aprova o Código de Contabilidade e Orçamento - CODECO e dá outras providências.** Sesc. Disponível em: <
<http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/2edea692-cfe4-4ea5-ad5a-db0e8dae452e/Legisla%C3%A7%C3%A3o+do+Sesc+2012.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=2edea692-cfe4-4ea5-ad5a-db0e8dae452e>>. Acesso em: 05 Fev. 2015.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia aplicada à Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, C. E. G.; RESENDE, T. A.; MUNIZ, R. M.; CKAGNAZAROFF, I. B. Formas jurídicas no terceiro setor brasileiro: estatuto legal, evidências empíricas e formalismo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 58, art. 37, p. 1-20, 2011. Acesso em: 18 Dez. 2014.

SISTEMA FECOMÉRCIO PARANÁ – **A história, organização e responsabilidades/Sesc-PR; Senac-PR; Fecomércio-PR.** – Curitiba: DITEC-CET, 2012.

SLOMSKI, Valmor; REZENDE, Amaury José; ALVEZ, Cássia Vanessa Olak Cruz; OLAK Paulo Arnaldo. **Contabilidade do Terceiro Setor: uma Abordagem Operacional Aplicável às Associações, Fundações, Partidos Políticos e Organizações Religiosas.** São Paulo: Atlas, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Resolução nº 214 de 7 de dezembro de 1983. **Dispõe sobre a prestação de contas dos Serviços Sociais Autônomos – Sesc - Senac - Sesi e Senai.** Disponível em: <
http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zpcvD9X_7E8J:www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%255CResol%255C20090206%255CRES1983-214.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 02 de Fev. 2015.